

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

*Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: 5517 700 Fax: 5517844*

Website: [www.Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

---

## CONFERÊNCIA DA UNIÃO

Décima-sexta Sessão Ordinária

30 – 31 de Janeiro de 2011

Adis Abeba, Etiópia

Assembly/AU/5 (XVI)

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

## **RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA**

### **INTRODUÇÃO**

1. O Relatório do Conselho de Paz e Segurança sobre as suas Actividades e a Situação de Paz e Segurança em África é submetido em conformidade com o Artigo 7(q) do Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA). De acordo com o Artigo, o CPS deve “submeter” relatórios à Conferência regularmente através do seu Presidente, sobre as suas actividades e a situação de paz e segurança em África.” O presente relatório, preparado em conformidade com o referido Artigo, cobre as actividades realizadas pelo Conselho no âmbito do seu mandato durante o período de Julho de 2010, a Janeiro de 2011 e fornece um panorama sobre o estado de paz e segurança no continente durante esse período.

2. Os aspectos específicos cobertos incluem a assinatura e ratificação do Protocolo do CPS, membros do CPS, rotatividade da presidência deste Órgão, actividades realizadas pelo CPS, outras questões derivadas do mandato do CPS e o estado de paz e segurança em África.

### **II. ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DO CPS**

3. Desde a entrada em vigor do Protocolo em Dezembro de 2003, cinquenta e um (51) Estados-Membros assinaram o Protocolo do CPS, enquanto quarenta e seis (46) assinaram e ratificaram o mesmo. Dois Estados-Membros, nomeadamente Cabo Verde e Eritreia ainda não assinaram nem ratificaram o Protocolo. Os Estados-Membros seguintes assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram: República Centro africana (RCA), República Democrática do Congo (RDC), Guiné-Bissau, República da Guiné, Libéria, Seychelles e Somália.

### **III. MEMBROS DO CPS**

4. Tal como estipulado no Artigo 5 (1) do Protocolo, o CPS é composto de quinze (15) membros com direitos iguais, que são eleitos tal com segue: 10 membros eleitos para um período de dois (2) anos e cinco (5) membros eleitos para um período de três (3) anos. A este respeito, é de recordar que o Conselho Executivo, durante a sua décima-quarta Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, de 28 a 29 de Janeiro de 2010, conduziu eleições para todos os quinze assentos do Conselho, que vagaram, em conformidade com a decisão Assembly/ AU/Dec.106 (VI) pela qual a Conferencia delegou os seus poderes para a eleição dos membros do Conselho de Paz e Segurança ao abrigo do Artigo 5 (2) do Protocolo do Conselho Executivo para as eleições em curso e futuras.

5. A lista actual dos membros do Conselho por ordem alfabética em Inglês é a seguinte: Benim, Burundi, Chade, Côte d'Ivoire (actualmente suspensa), Djibuti, Guiné-Equatorial, Quênia, Líbia, Mali, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, Ruanda, África do Sul e Zimbabwe.

#### **IV. ROTATIVIDADE DOS MEMBROS DO CPS**

6. Em conformidade com o Artigo 23 do regulamento Interno do CPS, a rotatividade da presidência do CPS entre os seus membros varia numa base mensal de acordo com a ordem alfabética em Inglês da lista dos membros do CPS. Além disso, tal como previsto nas Conclusões do Retiro de Paz e Segurança de Julho de 2007 em Dakar sobre os métodos de trabalho, uma nova lista de membros do CPS foi elaborada na sequência da eleição de quinze membros do Conselho para um período de dois anos e um período de três anos pelo Conselho Executivo em Janeiro de 2010, na base da qual elaborou-se um ajuste na rotatividade dos membros do CPS (ver Anexo I junto) cobrindo o período de Abril de 2010 a Março de 2012.

7. Durante o período em análise, a rotatividade da presidência do CPS foi a seguinte:

- |                    |                  |
|--------------------|------------------|
| - Côte d'Ivoire    | Julho de 2010    |
| - Djibuti          | Agosto de 2010   |
| - Guiné-Equatorial | Setembro de 2010 |
| - Quênia           | Outubro de 2010  |
| - Líbia            | Novembro de 2010 |
| - Mali             | Dezembro de 2010 |
| - Mauritânia       | Janeiro de 2011  |

#### **V. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA**

8. Durante o período em análise, o CPS, no exercício do seu mandato para a promoção da paz, segurança e estabilidade em África, empenhou-se em esforços contínuos para abordar conflitos e situações de crise no continente em colaboração estreita com todos os outros parceiros, incluindo os Órgãos da UA, Comunidades Económicas Regionais /Mecanismos Regionais (CER/MR), Conselho de Segurança da NU e outros parceiros da UA. A este respeito, o Conselho realizou dezanove (19) reuniões, incluindo uma a nível ministerial em 15 de Outubro de 2010, em Adis Abeba, e uma a nível de Chefes de Estado e de Governo em Tripoli, Líbia, a 30 de Novembro de 2010, para analisar várias situações de conflito e questões relacionadas. Nomeadamente, a reunião de Tripoli focalizou sobre o Sudão, no contexto da implementação de Paz Global (CPA) e os esforços de paz em Darfur, bem como sobre a crise pós-eleitoral em Côte d'Ivoire, enquanto a reunião ministerial analisou a situação na Somália.

9. Entre as reuniões realizaram-se sessões de informação actualizada sobre várias questões e situações de paz e segurança. Os países e outros parceiros referidos foram convidados para estas reuniões e sessões de informação, de acordo com a prática estabelecida do CPS, e em conformidade com as disposições do Protocolo do CPS. Além disso, o Conselho realizou missões à Côte d'Ivoire e Sudão. O CPS participou também em várias outras reuniões e actividades de outros Órgãos da UA, e realizou reuniões conjuntas com os seus homólogos,

nomeadamente, a União Europeia (UE) o Comité de Política e Segurança da UE (EU /COPS) e o Conselho de Paz e Segurança da Liga dos Estados Árabes, para debater questões de interesse comum, bem como o reforço da parceria.

**A) Actividades relativas às situações de conflito**

10. Entre Julho de 2010 e Janeiro de 2010, o CPS analisou as situações de crises seguintes:

**(i) Sudão**

11. Durante o período em análise, o CPS acompanhou de perto e activamente os vários aspectos da situação no Sudão, em particular a implementação do APG e a continuidade do processo político inclusivo de Darfur, analisando os desenvolvimentos neste país em oito (8) ocasiões (235ª reunião realizada a 2 de Julho, 237ª reunião realizada a 21 de Julho, 246ª reunião 28 de Outubro, 248ª reunião realizada a 13 de Novembro, 250ª realizada a 30 de Novembro, 254ª reunião realizada a 21 de Dezembro de 2010, 256ª reunião realizada a 10 de Janeiro e 258ª realizada a 20 de Janeiro de 2011. As decisões e comunicados adoptados durante estas reuniões podem ser resumidas tal como segue:

12. Na sua 235ª reunião, o CPS felicitou o Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP) sobre o Sudão pelo seu compromisso e trabalho árduo para avançar de forma holística, para o alcance da paz, justiça e reconciliação no Sudão; e manifestou o seu apreço ao governo sudanês e a todos os parceiros pela estreita cooperação com UA e ao Painel. O CPS felicitou a convocação da discussão preparatória sobre as disposições pós-referendo entre o NPC e o SPLM, em Mekele, Etiópia, de 21 a 23 de Junho de 2010. Saudou a organização, por iniciativa do Presidente da Comissão, em Adis Abeba, a 7 de Maio de 2010, da estratégia revista entre a Comissão da UA e o Secretariado da NU, bem como a reunião inaugural do Fórum Consultivo do Sudão (SCF).

13. Na sua 237ª reunião, o CPS expressou profunda preocupação pela situação de segurança em Darfur desde Maio de 2010; condenou firmemente os ataques contra o pessoal da UNAMID e as agências humanitárias; notou com satisfação os progressos feitos no destacamento da UNAMID, bem como as consultas consultivas regulares do Mecanismo de Coordenação Tripartida compreendendo o Governo do Sudão, a UA e a NU. O CPS reiterou o apelo da UA ao Conselho de Segurança da NU para dar mais atenção ao apelo para o deferimento do processo iniciado pelo TPI contra o Presidente Al Bashir no interesse da paz, justiça e reconciliação. O Conselho encorajou as partes ao processo de Doha para intensificarem os seus esforços, e exortou o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM) e o Exército de Libertação do Sudão (SLA)/ Abdul Wahid para se associarem ao processo sem demora. O CPS reiterou o seu total apoio ao AUHIP. Decidiu prorrogar para um período adicional de 12 meses, o mandato da UNAMID e solicitou ao Conselho de Segurança para fazer o mesmo.

14. Na sua 246ª reunião, o CPS solicitou o Presidente da Comissão para tomar medidas apropriadas para alargar o mandato do AUHIP para um novo período de um ano, com efeito a partir de 29 de Outubro de 2010.

15. Na sua 248ª reunião, o CPS felicitou a visita ao Sudão de uma delegação ministerial do Comité de Reconstrução Pós-Conflito da UA, e salientou a importância de esforços renovados a este respeito.

16. Na sua 250ª reunião, o CPS foi informado pelo AUHIP, dirigido pelo antigo Presidente Thabo Mbeki, sobre as actividades do Painel e a situação no Sudão. O CPS saudou o compromisso das Partes Sudanesas e encorajou-as a prosseguir os seus esforços para a implementação total do CPA. O Conselho expressou também a confiança da UA na liderança do Presidente Omar El Bashir e do Primeiro Vice-Presidente Salva Kiir Mayardit para conduzirem o Sudão numa nova era de paz, independentemente do resultado do referendo de auto-determinação.

17. Na sua 254ª reunião, o CPS, salientou a importância para o Sudão e para África como um todo do referendo de auto-determinação previsto para 9 de Janeiro de 2011, solicitou o Presidente da Comissão para tomar as medidas necessárias no sentido de enviar uma equipa de observadores o mais breve possível para supervisionar o referendo e encorajar todos os Estados-Membros a enviarem observadores, de acordo com a sua disponibilidade, e encargos financeiros, sob os auspícios da UA, a fim de reforçar a presença da UA no terreno.

18. Na sua 256ª reunião o CPS enfatizou que a organização atempada do referendo era uma prova adicional da capacidade das partes sudanesas com apoio internacional genuíno para abordar os desafios com os quais se confronta o seu país. O CPS manifestou apreço às partes pelo seu compromisso em respeitar o resultado do referendo, e reiterou o compromisso da UA como um dos Garantes pelo respeito total dos resultados de referendo independente do resultado e acompanhar as partes e o povo sudanês em geral no percurso para a paz sustentável, desenvolvimento económico e transformação democrática.

19. Na sua 258ª reunião, o CPS expressou a sua preocupação face aos confrontos entre o Governo e os movimentos armados, e condenou firmemente o sequestro das forças de manutenção da paz e do pessoal humanitário bem como os ataques contra a UNAMID. O CPS manifestou o seu apreço a todas as agências humanitárias e outras que prestam assistência à população carenciada de Darfur e realizam actividades de recuperação. O CPS sublinhou a necessidade de assegurar a conclusão célere das negociações de paz de Doha e uma vez mais, solicitou a todas as partes, em particular o JEM e a SLA, a se empenharem em negociações para o cessar-fogo em boa fé e intensificar a cooperação necessária com o Mediador Chefe Conjunto. O CPS reiterou a importância do início rápido do processo político de Darfur sob os auspícios do AUHIP e da UNAMID, reiterou o seu apoio ao AUHIP, e felicitou o compromisso do Estado de Qatar em apoiar e contribuir para o DPP.

20. Além disso, de 15 a 18 de Dezembro de 2010, o CPS, conduzido pelo Embaixador do Mali, Presidente do CPS do mes de Dezembro de 2010, realizou uma missão no terreno ao Sudão. Durante a sua visita em Juba, Cartum e El Fasher, a delegação do CPS reuniu-se com várias autoridades sudanesas e

parceiros. O Conselho realizou reuniões em Juba com o Primeiro Vice-Presidente do Sudão, e Presidente do Governo do Sul do Sudão, General Salva Kiir Mayardit, e em Cartum com o Presidente Omar El Bashir, respectivamente. O Conselho foi igualmente informado pelo Presidente do Gabinete de Referendo do Sul do Sudão em Juba, e também pelo Presidente da Comissão de Referendo do Sul do Sudão em Cartum sobre os preparativos para o Referendo. O Conselho renovou a solidariedade da UA com os dirigentes e povo sudaneses e reiterou a UA a apoiar a implementação total do CPA e a continuidade do processo político geral em Darfur. O Conselho assegurou as Partes do CPA que a UA fará o máximo para o cumprimento e implementação do Referendo, seja qual for o resultado. O CPS renovou o seu apoio aos esforços do AUHIP no Sudão e exortou as Partes Sudanesas a alargar a cooperação necessária ao Painel no seu trabalho.

### **(ii) Côte d'Ivoire**

21. Durante o período em análise, o CPS analisou a situação na Côte d'Ivoire oito (8) vezes (238ª reunião realizada a 11 de Agosto, 240ª reunião realizada a 8 de Setembro, 246ª reunião realizada a 28 de Outubro, 248ª reunião realizada a 13 de Novembro, 250ª reunião realizada a 30 de Novembro, 251ª realizada a 4 de Dezembro, 252ª reunião realizada a 9 de Dezembro e 254ª reunião realizada a 21 de Dezembro de 2010), e realizou uma missão no terreno para avaliar os preparativos da eleição presidencial prevista para 31 de Outubro de 2010.

22. Na sua 238ª reunião, o Conselho rendeu homenagem a todos os marfinenses por terem respeitado o seu compromisso em organizar eleições em 2010, e notou o progresso feito no processo de saída de crise, em particular, as disposições tomadas, numa base consensual, na fixação da data da eleição presidencial de 31 de Outubro de 2010. Além disso, o Conselho exortou o Governo, a classe política e todas as partes marfinenses para fazerem esforços a fim de assegurar o cumprimento dos prazos fixados, e realçou a necessidade das partes marfinenses envidarem esforços no sentido de manter um clima político calmo e no interesse da Côte d'Ivoire e do seu povo acima de quaisquer considerações a fim de concluir o processo para uma saída da crise.

23. Na sua 240ª reunião, o Conselho foi informado pelo Departamento dos Assuntos Políticos sobre o estado dos preparativos da eleição presidencial em Côte d'Ivoire, e solicitou a Comissão para delegar uma equipa de avaliação de observadores da UA para a referida reunião.

24. Na sua 246ª reunião, o CPS notou o progresso feito para a eleição presidencial prevista para 31 de Outubro de 2010, e reafirmou a sua convicção que a realização de eleições pacíficas, livres, abertas e transparentes constitui uma medida crucial no processo para a saída de crise e a resolução de questões pendentes no Acordo Político de Ouagadougou e seus Acordos Suplementares. O Conselho, realçou ainda que a Comissão Eleitoral Independente (CEI) é a única instituição com autoridade para anunciar os resultados provisórios da eleição.

25. Na sua 248ª reunião, o Conselho saudou a organização sucedida da primeira volta da eleição presidencial, em 31 de Outubro de 2010. O Conselho congratulou o povo marfinense e os parceiros políticos pela sua participação massiva nas eleições, por conseguinte demonstrando o seu compromisso à democracia, e apelou firmemente aos diferentes actores referidos para fazerem o máximo para a

conclusão sucedida do processo, aumentando os seus esforços e criando todas as condições necessárias para a condução apropriada da segunda volta da eleição presidencial prevista para 28 de Novembro de 2010.

26. No sua 250ª reunião realizada a nível dos Chefes de Estado e de Governo, a 30 de Novembro de 2010, em Trípoli, Líbia, o Conselho exortou firmemente as Partes Marfinenses para não pouparem esforços para a conclusão sucedida do processo de implementação do Acordo Político de Ouagadougou e seus Acordos Suplementares e, em particular, aceitar o veredicto das eleições e a vontade do povo e, e se necessário for, recorrer apenas a mecanismos e processos prescritos pela lei para o estabelecimento de qualquer disputa eleitoral. O Conselho apelou firmemente a comunidade internacional, em particular o Conselho de Segurança, a UE e todos os outros parceiros bilaterais e multilaterais da UA, pelo seu total apoio à CEDEAO e os esforços da UA para garantir a conclusão sucedida do processo de paz e eleitoral em Côte d'Ivoire.

27. Na sua 251ª reunião, o CPS reiterou os termos do comunicado da sua 250ª reunião, e felicitou e apoiou os esforços da CEDEAO bem como a mobilização rápida da comunidade internacional. Expressou à UA rejeição total de qualquer tentativa de criar um facto consumado para minar o processo eleitoral e a vontade do povo tal como expresso em 28 de Novembro de 2010. Manifestou apoio total à iniciativa do Presidente da Comissão de ter confiado ao antigo Presidente Thabo Mbeki uma missão urgente a Côte d'Ivoire com vista a encontrar uma solução legítima e pacífica para a crise na base dos instrumentos e decisões pertinentes da UA.

28. Na sua 252ª reunião, o CPS endossou o Comunicado final da Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO decorrida em 7 de Dezembro de 2010, que reconheceu o Sr. Alassane Dramane Ouattara como o Presidente-Eleito da Côte d'Ivoire e apelou o Sr. Laurent Gbagbo para se conformar aos resultados da segunda volta da eleição presidencial tal como certificado pelo Representante Especial do Secretário-Geral da NU. Além disso, o Conselho decidiu, na base dos instrumentos pertinentes da UA, suspender a participação de Cote d'Ivoire em todas as actividades da UA, até que o Presidente democraticamente eleito assuma efectivamente o poder estatal, e exortou firmemente o Sr. Laurent Gbagbo para respeitar os resultados da eleição e facilitar, sem demora, a transferência de poderes para o Presidente-Eleito, nos melhores interesses de Côte d'Ivoire, a região e África no seu todo.

29. Na sua 254ª reunião, o CPS reiterou a sua posição. O CPS felicitou as iniciativas tomadas pelo Presidente da Comissão, nomeadamente a missão realizada a Abidjan em estreita colaboração com a CEDEAO, a 17 de Dezembro de 2010, e encorajou-o a prosseguir esforços, nomeadamente através da facilitação do diálogo entre todas as partes envolvidas com vista a encontrar uma solução pacífica que preservará a paz em Côte d'Ivoire e respeitar os resultados da eleição presidencial tal como reconhecido pela comunidade internacional. O CPS manifestou o seu total apoio à CEDEAO, cuja Cimeira Extraordinária estava prevista para 24 de Dezembro de 2010.

**(iii) Somália**

30. Durante o período em análise, o CPS realizou quatro (4) reuniões para analisar a situação na Somália (239ª reunião realizada a 14 de Agosto, 241ª reunião realizada a 23 de Setembro, 245ª reunião realizada a 15 de Outubro e 258ª reunião realizada a 20 de Janeiro de 2011). As decisões e comunicados adoptados são resumidos tal como segue:

31. Na sua 239ª reunião, o CPS tomou nota dos esforços do Governo Federal de Transição (TFG) para a promoção do diálogo e reconciliação, felicitou os esforços envidados pela Missão da UA na Somália (AMISOM) e condenou firmemente os ataques e outros actos de violência perpetrados pelo Al Shabaab e outros grupos terroristas contra o TFG, o povo somali e a AMISOM.

32. Na sua 241ª reunião, o CPS tomou nota dos esforços feitos para a implementação da decisão de Kampala, sobre o reforço da AMISOM e solicitou o Presidente para submeter à sua apreciação um relatório geral sobre a situação na Somália e acelerar a nomeação de uma Individualidade de Alto Nível com vista a mobilizar atenção e apoio para a Somália. O CPS manifestou também preocupação em relação às divisões contínuas nas Instituições Federais de Transição (TFIs) e apelou ao TFG para intensificar o diálogo com vista a alcançar todos os grupos envolvidos na causa da paz que desejem associar-se ao processo de paz. O CPS reiterou o seu apelo ao Conselho de Segurança da NU para assumir plenamente as suas responsabilidades e desempenhar um papel comensurável com a complexidade dos desafios com que se confronta a Somália.

33. Na sua 245ª reunião, o CPS, reafirmou o seu total apoio ao TFG e reiterou ainda o compromisso da UA para continuar a fornecer apoio político e diplomático ao TFG. O CPS manifestou preocupação sobre a situação humanitária e de segurança prevalecente em Mogadísio, em particular, e na Somália, em geral, e condenou, veementemente, a violência incessante, as violações dos direitos humanos e outros actos de violência hediondos. O CPS felicitou ainda a nomeação do Presidente da Comissão, em conformidade com as pertinentes decisões da IGAD e da UA, do antigo Presidente Jerry John Rawlings do Gana, como Alto Representante da UA na Somália.

34. O CPS endossou o novo reforço de 20,000 homens para a AMISOM, tal como proposto pelo Presidente da Comissão, com competência no sector aéreo e marítimo, o reforço da componente da polícia e civil. A este respeito, o Conselho apelou urgentemente os Estados-Membros para fornecerem militares e pessoal necessário, incluindo a polícia, para que a AMISOM alcance o seu novo reforço autorizado, bem como para contribuir para a mobilização de recursos financeiros e logísticos necessários, tendo em mente a necessidade de África demonstrar a determinação renovada e sentido de solidariedade com a Somália, um dos membros fundadores da OUA. Além disso, o Conselho apelou à comunidade Internacional para prestar assistência política e financeira necessária ao reforço da AMISOM, mais especificamente, o Conselho de Segurança da NU para reafirmar o seu compromisso em relação ao destacamento de uma operação de manutenção de paz da NU na Somália através do reforço da AMISOM e fixar urgentemente um calendário para este destacamento.

35. O CPS exortou firmemente às TFI Somalis para trabalharem para a conclusão das tarefas pendentes da fase de transição, incluindo o processo constitucional que devia ser concluído com consultas alargadas ao nível nacional e



contributo da Diáspora, tendo em mente que a 20 de Agosto de 2011 marcará o fim do período de transição.

36. Na sua 258ª reunião, o CPS decidiu renovar o mandato da AMISOM para um período adicional de doze (12) meses, tendo início a partir de Janeiro de 2011.

#### **(iv) República Centro africana (RCA)**

37. Na sua 255ª reunião, o CPS reanalisou a situação na RCA. O CPS felicitou os progressos feitos no processo eleitoral, em particular a adopção consensual de um prazo de eleição, bem como a continuidade pela Comissão Eleitoral Independente (IEC) dos preparativos para as eleições previstas para 23 de Janeiro de 2011.

38. O CPS exortou firmemente os Estados-Membros disponíveis, incluindo os países vizinhos, para prestarem ajuda adequada ao processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), incluindo a sua integração na reforma do sector de segurança alargado, bem como o reforço da capacidade das forças de segurança e de defesa da RCA e, de maneira geral, para a promoção de paz e segurança neste país. O CPS apelou à Comissão para acelerar os esforços em curso para a implementação das medidas acordadas na Reunião Ministerial Regional sobre o LRA, decorrida em Bangui de 13 a 14 de Outubro de 2010. O CPS salientou a necessidade imperativa de reforçar a capacidade das forças armadas da RCA, e fez um apelo urgente para que todos os parceiros da UA respondam positivamente ao apelo de assistência feita pelo governo da RCA.

#### **(v) República da Guiné**

39. Durante o período em análise, o CPS analisou a situação na Guiné, em (3) ocasiões (237ª reunião realizada a 31 de Julho, 248ª reunião realizada a 13 de Novembro e 252ª reunião realizada a 9 de Dezembro de 2010). As decisões e comunicados adoptados durante estas reuniões são resumidos tal como segue:

40. Na sua 237ª reunião, o CPS felicitou a organização, a 27 de Junho de 2010, da 1ª volta da eleição presidencial e salientou a importância da organização atempada da 2ª volta; congratulou o Presidente da Comissão pela sua visita efectuada a Conacri, a 7 de Junho de 2010, com vista a encorajar as partes guineenses a concluírem o mais depressa possível o processo de restauração da ordem constitucional; e expressou o seu total apoio aos esforços do Grupo de Contacto Internacional sobre a Guiné (ICG-G) e ao Mediador. O CPS advertiu contra qualquer tentativa de minar o progresso feito para a prorrogação indevida da transição.

41. Na sua 248ª reunião, o CPS felicitou a condução da segunda volta da eleição presidencial, em condições de paz e segurança e congratulou os Guineenses por terem aderido massivamente à eleição, manifestando assim o seu compromisso para a democracia e sua determinação para permitir que a transição, lançada em conformidade com o Acordo de Ouagadougou de 15 de Fevereiro de 2010, alcance uma conclusão sucedida, através do retorno à ordem constitucional. O CPS notou com satisfação a adopção e assinatura, a 7 de Novembro de 2010, em Conacri, pelos dois candidatos à segunda volta da eleição presidencial, de uma Declaração

conjunta na qual eles comprometeram-se a conduzir as eleições de forma pacífica e promover a calma na Guiné.

42. O CPS evocou a obrigação das autoridades de transição no sentido de demonstrar total neutralidade e abster-se de qualquer acto que possa minar a independência do CENI e a integridade do resultado da eleição. A este respeito, o CPS renovou o seu alerta contra qualquer actor político, ou autoridade, que procurar bloquear ou atrasar o processo de retorno à ordem constitucional, e contra quaisquer acções que minem a integridade dos resultados das sondagens. O CPS expressou a sua determinação, eventualmente necessária, para tomar medidas apropriadas contra os autores de tais acções, e aprovou o Comunicado emitido pela 17ª reunião decorrida em Conacri a 5 de Novembro de 2010

43. Na sua 252ª reunião, e na sequência da realização sucedida das eleições presidenciais, o CPS, na base das disposições pertinentes da Declaração de Lomé sobre as Mudanças Inconstitucionais de Governo, decidiu levantar as medidas de suspensão sobre a participação da Guiné nas actividades da UA, bem como as sanções impostas a indivíduos cujas acções constituíram obstáculos para o retorno da ordem constitucional.

#### **(vi) Guiné-Bissau**

44. Durante o período em análise, o CPS analisou a situação na Guiné-Bissau em duas (2) ocasiões (247ª reunião realizada a 2 de Novembro de 2010 e a 255ª reunião realizada a 23 de Novembro de 2010);

45. Na sua 247ª reunião, felicitou o funcionamento do gabinete de Ligação da UA na Guiné-Bissau, e exortou as partes guineenses a retomarem o diálogo e favorecerem o interesse supremo da nação.

46. Na sua 255ª reunião, o CPS reiterou o seu comunicado prévio e tomou nota das recomendações da 28ª sessão ministerial de Mediação da CEDEAO e do Comité de Segurança, realizada em Abuja a 24 de Novembro de 2010, e salientou a necessidade de se criar o mecanismo de coordenação acordado nessa ocasião em conformidade com o Plano de Acção de Tripoli em 31 de Agosto de 2009. O CPS solicitou a Comissão para abordar os parceiros bilaterais e multilaterais da Guiné-Bissau, no sentido de convocarem o mais breve possível a prevista conferência de doadores, a fim de facilitar a implementação da reforma do sector de defesa e segurança.

#### **(vii) Comores**

47. Na sua 248ª reunião, o CPS felicitou as partes comorianas pelas boas condições em que decorreram as primeiras eleições para a presidência da União, na Ilha Autónoma de Moheli, e a primeira volta das eleições dos Governadores das Ilhas Autónomas, decorreu a 7 de Novembro de 2010. O CPS salientou a necessidade de se redobramos esforços para a realização pacífica, a 26 de Dezembro de 2010, da segunda volta da eleição presidencial, que opôs, a nível

nacional, os três candidatos de Moheli que obtiveram a maioria dos votos na primeira volta, bem como a dos Governadores das Ilhas Autónomas, sujeita a confirmação dos resultados provisórios pelo Tribunal Constitucional.

**(viii) Madagáscar**

48. Na sua 237<sup>a</sup> reunião, o CPS foi informado pelo Mediador da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para Madagáscar (antigo Presidente Joaquim Chissano). O CPS expressou a sua profunda preocupação pelo impasse contínuo no processo de implementação do Acordo de Maputo e da Acta Adicional de Adis Abeba de 6 de Novembro de 2009 respectivamente; reafirmou todas as decisões prévias sobre a situação em Madagáscar, e encorajou o Mediador a prosseguir os seus esforços nesse sentido.

**(ix) Níger**

49. Na sua 248<sup>a</sup> reunião, o CPS notou com satisfação a condução pacífica e sucedida do Referendo constitucional de 31 de Outubro de 2010, e manifestou grande apreço ao povo do Níger a este respeito.

50. O CPS apreciou igualmente o compromisso do General Salou Djibo, bem como a sua garantia e as declarações constantes de conformar-se ao calendário acordado para o retorno a uma ordem constitucional.

**(x) Tunísia**

51. Na sua 257<sup>a</sup> reunião, o CPS analisou a situação na Tunísia em conformidade com a partida do Presidente Zine El Abidine Bem Ali. O CPS condenou firmemente o excessivo uso da força contra os manifestantes, resultando em mortes, expressou a sua solidariedade com o povo da Tunísia e apelou à calma. O CPS apelou também aos parceiros políticos e ao povo tunisino para trabalharem juntos, em unidade, consenso e respeito pela legalidade, para uma transição pacífica e democrática que permitirá ao povo tunisino escolher livremente os seus dirigentes através de eleições livres, democráticas e transparentes. O CPS solicitou o Presidente da Comissão para continuar a acompanhar atentamente a situação e tomar qualquer iniciativa que julgar apropriada para uma transição pacífica e democrática.

**b) Missões do CPS no Terreno**

52. Em conformidade com o artigo 9 deste Protocolo, e de acordo com as Conclusões do Retiro de Julho sobre os seus métodos de trabalho, o CPS efectuou missões no terreno em zonas de conflito ou pós-conflito. Além disso, na sua decisão de Janeiro de 2010 sobre o Ano de Paz e Segurança (YoPS), a Conferencia solicitou ao CPS para realizar actividades específicas de apoio ao YoPS, incluindo missões no terreno. A este respeito, o CPS realizou visitas a Côte d'Ivoire e ao Sudão, de 27 de Setembro a 3 de Outubro de 2010 e de 15 a 17 de Outubro de 2010, respectivamente. A visita do CPS a Côte d'Ivoire teve lugar no contexto da preparação da eleição presidencial de 31 de Outubro, para encorajar as Partes Marfinenses a concluir o processo de paz e reconciliação no quadro do Acordo Político de Ouagadougou e seus Acordos Suplementares. A missão ao Sudão tinha por objectivo reiterar o apoio e solidariedade da UA às partes sudanesas, na

implementação do CPA, após a abordagem da sua fase crítica com iminente referendo de auto-determinação no Sul do Sudão, e o processo de paz em Darfur.

**c) Questões Temáticas**

**(i) Segurança e Salvaguarda Marítima**

53. Na sua 242ª reunião realizada a 4 de Outubro de 2010, o CPS foi informado sobre a segurança e salvaguarda marítima em África e o estado de implementação das decisões da UA relacionadas. O CPS reiterou a grande preocupação da UA em relação ao aumento de insegurança no espaço marítimo ao largo do continente, incluindo a pesca ilegal, o despejo de resíduos tóxicos e pirataria. O CPS salientou a necessidade de se promover abordagens holísticas para expor a questão da pirataria e manifestou satisfação pela iniciativa tomada pelos países africanos a nível regional a fim de proteger o sector marítimo.

**(ii) Terrorismo**

54. Em conformidade com a decisão da Conferencia Assembly/AU/Dec.311 adoptado em Kampala, na qual, entre outras, solicitou-se ao Presidente da Comissão para que se submeta ao CPS o mais depressa possível recomendações concretas com vista a reforçar a eficácia da acção de África na prevenção e combate ao terrorismo, o CPS, na sua 249ª reunião realizadas a 22 de Novembro de 2010 analisou um relatório da Comissão sobre esta questão. No comunicado adoptado nesta ocasião, o CPS manifestou grande preocupação sobre a deterioração do flagelo do terrorismo e a ameaça que esta situação traz para a paz, segurança e estabilidade em África e as ligações crescentes entre o terrorismo e o crime organizado, incluindo o tráfico de droga, branqueamento de capital, tráfico ilícito de armas de fogo e mercenarismo. O CPS felicitou igualmente a nomeação do Sr. Francisco Madeira, como Representante Especial do Presidente da Comissão para a Cooperação Antiterrorismo e simultaneamente, Director do Centro Africano de Estudos e Pesquisa sobre Terrorismo (CAERT).

55. Além disso, o CPS felicitou a conclusão da Lei Modelo sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo que foi subsequentemente apresentado na Reunião de Peritos dos Estados-Membros, realizada a 15 e 16 de Dezembro de 2010, em Argel e solicitou a Comissão para organizar conferências regionais em 2011, para avaliar melhor a ameaça do terrorismo, sensibilizar mais os Estados-membros sobre os instrumentos pertinentes internacionais e da UA e articular os planos de acção regionais. O CPS exortou os Estados-membros que ainda não o fizeram para tomarem urgentemente as medidas necessárias para se tornarem partes relevantes dos instrumentos internacionais e da UA e implementarem na íntegra as disposições contidas nos mesmos. O CPS reiterou a firme rejeição da UA e a condenação do pagamento de resgate aos grupos terroristas. O CPS solicitou a Comissão para finalizar o projecto de mandato de prisão africano para pessoas acusadas ou inculpadas de actos terroristas.

**d) Implementação de Sanções**

56. Em conformidade com o artigo 7 ( g) do Protocolo do CPS, o CPS deve institucionalizar as sanções cada vez que houver uma mudança inconstitucional de governo num Estado-Membro, tal como estipulado na Declaração de Lomé.

57. Na sua 252ª reunião de 9 de Dezembro, o CPS, em conformidade com a condução sucedida das eleições presidenciais realizadas em 27 de Junho e 7 de Novembro de 2010, e na base da Declaração de Lomé sobre Mudanças Inconstitucionais de Governo, decidiu levantar a medida de suspensão quanto à participação da Guiné nas actividades da UA, bem como as sanções impostas àqueles cujas acções constituem obstáculos para o processo de retorno à ordem constitucional, tal como contido nos seus comunicados PSC/PR/COMM. (CLXV), PSC/PR/COMM. (CCIV) e PSC/AHG/COMM. 2 (CCVII), adoptado pela sua 165ª, 204ª e 207ª reuniões realizadas em 29 de Dezembro de 2008, 17 de Setembro, e 29 de Outubro de 2009, respectivamente.

58. Em 9 de Dezembro de 2010, o CPS, na base dos instrumentos pertinentes da UA, decidiu suspender a participação da Côte d'Ivoire em todas as actividades da UA, até que o Presidente democraticamente eleito assuma o poder estatal.

**e) Participação do CPS nas actividades de paz e segurança de outros órgãos/entidades**

**(i) Reunião do Painel dos Sábios**

59. É de recordar que o Painel dos Sábios, tal como estabelecido ao abrigo do Artigo 11 do Protocolo do CPS tem mandato para apoiar os esforços do CPS e do Presidente da Comissão, particularmente na área de prevenção de conflitos. O Painel realizou a sua 9ª reunião em Argel, Argélia, de 12 a 14 de Dezembro de 2010. A reunião teve lugar no quadro da implementação da decisão adoptada pela 15ª Sessão Ordinária da Conferencia da União, relativamente à renovação do mandato do Painel e à criação de uma Equipa de Amigos do Painel dos Sábios. Além do Presidente do Painel, Sr. Ahmed Ben Bella, a reunião contou também com a participação dos membros seguintes do Painel: Dr. Salim Ahmed Salim, Dr. Mary Chinery-Hesse, Dr. Kenneth Kaunda e a Jurista Marie-Madeleine Kalala Ngoy. Sra. Brigalia Bam, Sra. Elizabeth Pognon e Sr. Miguel Trovoada, membros da Equipa de Amigos do Painel também participaram na reunião.

60. A reunião analisou o estado de paz e segurança em África. Durante a reunião, o Painel reanalisou e adoptou igualmente o seu relatório relativo à Não-Impunidade, Verdade, Paz, Justiça, e Reconciliação em África: Oportunidades e Constrangimentos, como parte dos esforços para lutar contra a impunidade e promover a paz, justiça e reconciliação no Continente.

61. Em conformidade com a prática estabelecida do CPS, e no sentido de se manter informado sobre as reuniões organizadas sobre paz e segurança em África e seus resultados, o Embaixador da República do Mali, Presidente do CPS durante o mês de Dezembro de 2010, participou na 9ª reunião do Painel dos sábios.

**(ii) Primeira Conferência dos Estados Partes do Tratado de Pelindaba**

62. Na sua qualidade de Presidente do CPS durante o mês de Novembro de 2010, a Grande Jamahiria Árabe Líbia tomou parte na Primeira Conferencia dos Estados-Partes do Tratado de Pelindaba sobre a Zona Livre de Armas Nucleares em África, que teve lugar em Adis Abeba em 4 de Novembro de 2010. A Conferência anunciou a criação da Comissão Africana de Energia Nuclear e elegeu

os membros da Comissão. Além disso, a Conferencia decidiu criar a Sede deste Órgão na África do Sul.

**(iii) Fórum Consultivo do Sudão (SCF)**

63. Em 6 de Novembro de 2010, o Presidente do CPS durante o mês de Novembro de 2010, a Jamahiriya Árabe Líbia, participou na 2ª reunião do SCF, criada e co-presidida pela UA e Nações Unidas. O FCS reuniu-se num contexto crítico, no âmbito da implementação do APG, com o referendo de auto-determinação no Sul do Sudão e as negociações de Doha em Darfur. A reunião reconheceu que, com vista a superar os desafios com os quais se confrontam, as Partes Sudanesas necessitam de um apoio coordenado e total dos seus parceiros a nível regional e internacional.

**(iv) Retiro de Alto Nível sobre Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África**

64. A República do Djibuti, na sua qualidade de Presidente do CPS durante o mes de Agosto de 2010, participou no Retiro de Alto Nível sobre a promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África, que teve lugar de 26 a 28 de Agosto de 2010, no Cairo, Egipto, por iniciativa da Comissão da UA, em cooperação com o Governo Egípcio, no quadro do Ano de Paz e Segurança em África. A reunião contou com a participação de funcionários seniores e Enviados Especiais/Representantes da UA, CER/MR, Nações Unidas, UE, Liga dos Estados Árabes, *Francofonia*, Organização da Conferencia Islâmica, bem como representantes dos Estados-Membros do Conselho de Segurança da NU. O principal objectivo do Retiro era dar um novo ímpeto aos esforços com vista a por termo ao flagelo do conflito armado e às crises políticas em África e consolidar a paz onde já foi alcançada. No “Apelo do Cairo em Prol da Paz”, adoptado no fim da reunião, os participantes encorajaram a UA a organizar o seguimento do Retiro em 2011.

**(v) Exercício AMANI AFRICA**

65. Em Novembro de 2009, o CPS, como chave pilar da Arquitectura da Paz, participou activamente nos preparativos para a condução do Exercício Amani Africa com o objectivo de testar os procedimentos relacionados com o desdobramento da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA) e a capacidade da Comissão a realizar operações multidimensionais. O Exercício foi conduzido com sucesso em Adis Abeba, de 13 a 29 de Novembro de 2010. Na sua 248ª reunião, o CPS felicitou a conclusão sucedida deste Exercício e encorajou a Comissão a prosseguir os seus esforços a partir destas aprendizagens, para a operacionalização total da FAEA e o reforço da capacidade da UA em realizar operações de manutenção de paz.

**f) Reuniões com Órgãos congéneres a nível internacional**

66. As reuniões com órgãos congéneres sobre paz e segurança foram realizadas em conformidade com o artigo 17 do Protocolo do CPS, o qual estipula que o CPS, no cumprimento do seu mandato, cooperará e trabalhará estreitamente com o Conselho de Segurança das Nações Unidas e outras organizações relevantes. Neste contexto, o CPS realizou reuniões consultivas com o Comité de Política e

Segurança da UE, e o Conselho de Paz e Segurança da Liga dos Estados Árabes durante o período em análise.

**(i) Terceira Reunião Consultiva entre o Conselho de Paz e Segurança e o Comité de Política e Segurança da UE, Bruxelas, 18 de Outubro de 2010**

67. Em conformidade com o acordo alcançado na sua primeira reunião consultiva de 14 de Outubro de 2008, para realizar reuniões conjuntas anuais alternadamente em Adis Abeba e Bruxelas, o CPS da UE e o CPS realizaram a sua terceira reunião consultiva em Bruxelas a 18 de Outubro de 2010. Nesta ocasião, os dois Órgãos trocaram opiniões e analisaram várias questões, nomeadamente, a prevenção de conflitos e situações de crise, segurança e salvaguarda marítima, parceria no domínio de paz e segurança para a coordenação UA-UE em situações de segurança e crises de governação e a melhoria dos seus métodos de trabalho. O resultado da reunião figura em anexo.

**(ii) Primeira Reunião Consultiva entre o CPS da UA e o Conselho de Paz e Segurança da Liga dos Estados Árabes**

68. O CPS da UA e a Liga dos Estados Árabes realizaram a sua primeira reunião consultiva no Cairo, Egipto, a 18 e 19 de Dezembro de 2010. É de recordar que a reunião foi realizada na sequência da Segunda Cimeira África - Árabe realizada em Sirte, Líbia, em 10 de Outubro de 2010. Entre outros aspectos, a Cimeira apelou os países das duas regiões para mobilizarem as suas energias e redobrar esforços para superar os diferentes desafios e crises com os quais se confrontam e acelerar a Cooperação Afro-Árabe em todos os domínios. A Cimeira manifestou satisfação em relação à cooperação existente entre o CPS da UA e o Conselho de Paz e Segurança da Liga dos Estados Árabes e apelou à promoção de programas de cooperação conjunta através da mobilização dos recursos humanos e conhecimento técnico e coordenação de posições sobre questões de paz e segurança em África e a região Árabe.

69. Os dois CPS debateram as situações em Comoros, Somália e Sudão, avaliando o que foi feito e o que podia ser feito no futuro pelos dois órgãos, individualmente em conjunto, para intensificar os esforços para a paz e reconstrução pós-conflito. Eles acordaram igualmente sobre a criação de um mecanismo de cooperação. A este respeito, os dois órgãos acordaram organizar reuniões consultivas anuais alternadamente em Adis Abeba e no Cairo. A próxima reunião consultiva terá lugar em Adis Abeba em Dezembro de 2011. O resultado da reunião figura em anexo.

**g) Outras actividades da competência do CPS**

**Comunicações dos Presidentes do CPS ao Comité dos Representantes Permanentes (CRP)**

70. Em conformidade com as Conclusões do Retiro do CPS de Julho de 2007 em Dakar sobre os seus Métodos de Trabalho, e com vista a manter todos os estados-membros informados sobre as actividades do CPS, os Presidentes do CPS para cada mes informaram o CRP no final da sua presidência sobre as actividades realizadas durante o mês. Nomeadamente, os sucessivos Presidentes do CPS

durante o período em análise, nomeadamente Côte d'Ivoire, Djibuti, Guiné-Equatorial, Quênia, Líbia e Mali informaram ao CRP sobre as actividades realizadas pelo CPS durante os meses respectivos.

## **VI. SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA**

71. Os parágrafos seguintes passam em revista as diferentes situações em que a UA, em particular o CPS acompanham atentamente. De maneira geral, os seis últimos meses registaram uma evolução contrastada marcada por progressos em certos países, mas igualmente pelo surgimento de novas crises e a persistência do impasse em outras.

### **a) Comores**

72. O período foi marcado por esforços contínuos com vista à conclusão da implementação do Acordo de Junho de 2010 sobre a gestão do período intermediário que pôs termo à crise ligada às reformas institucionais introduzidas pela nova Constituição da União, adoptada pelo referendo em 17 de Maio de 2009. Neste contexto, as primeiras eleições para a presidência da União decorreram a 7 de Novembro de 2010, na Ilha de Mohéli, à qual cabe a presidência da União, em conformidade com o princípio constitucional da presidência rotativa. Esta eleição decorreu simultaneamente com a 1ª volta da eleição dos Governadores das Ilhas autónomas. Os escrutínios decorreram em condições julgadas em geral satisfatórias pelas missões de observação eleitorais no seu conjunto, incluindo a UA. Os resultados destas duas eleições foram promulgados pelo Tribunal constitucional a 13 de Novembro de 2010.

73. A 2ª volta da eleição presidencial que decorreu a nível nacional, opondo três candidatos que venceram nas primeiras eleições, e a dos Governadores das Ilhas autónomas teve lugar em 26 de Dezembro de 2010. Estes escrutínios foram considerados livres e regulares, apesar das deficiências constatadas, principalmente na Ilha autónoma de Anjouan, pela Missão Internacional de Observação, incluindo a UA. Os resultados definitivos foram proclamados pelo Tribunal Constitucional em 13 de Janeiro de 2011. M. Ikililou Dhoinine, que pertence à Ala Presidencial, foi eleito para a presidência da União das Comores. A Ala presidencial venceu igualmente os postos de Governadores em Anjouan e na Grande Comore, enquanto a oposição ganhou o escrutínio em Mohéli, conservando o posto de Governador.

74. A realização destes escrutínios marca a etapa decisiva no processo de implementação do Acordo de 16 de Junho de 2010 e de maneira geral, na consolidação do processo de reconciliação nas Comores. A Conferencia poderia manifestar o seu apreço a todas as partes comoreanas pelo espírito de compromisso que permitiu a realização das eleições harmoniosas do Presidente da União das Comores e dos Governadores das Ilhas autónomas. A Conferencia poderia agradecer igualmente aos parceiros internacionais que apoiaram o processo eleitoral nas Comores, e exortá-los a continuar a prestar ajuda necessária às Comores para fazer face aos numerosos desafios socioeconómicos com os quais se confronta o arquipélago.

### **b) Madagáscar**



75. Nenhum progresso foi registado no processo de pesquisa e de implementação de uma solução consensual à crise que assola Madagáscar desde a mudança anti-constitucional ocorrida a 17 de Março de 2009. As autoridades de facto continuam a persistir na abordagem unilateral que adoptaram desde a sua rejeição dos Acordos de Maputo de 6 de Agosto de 2009 e do Acto Adicional de Adis Abeba de 6 de Novembro de 2009, cuja implementação devia conduzir à restauração da ordem constitucional como desenlace de uma transição consensual e inclusiva. O período em análise foi marcado nomeadamente pela realização de um referendo constitucional a 17 de Novembro de 2010, que devia ser seguido de eleições legislativas, a 16 de Março de 2011, e da primeira volta das eleições presidenciais, a 4 de Maio de 2011. Uma tentativa de golpe de estado militar ocorrida no mesmo dia da consulta do referendo veio ilustrar a precariedade da situação no país e a ausência de consenso na diligência em curso. No momento da redacção deste relatório, as autoridades de facto acabavam de anunciar o relatório *sine die das eleições legislativas*.

76. A situação em Madagáscar constitui um verdadeiro desafio para a SADC e UA, bem como para a comunidade internacional no seu conjunto. Não se devem poupar esforços para que este desafio e impasse actual sejam ultrapassados, através de uma solução consensual para a crise. Neste contexto, convém mobilizar cada vez mais a comunidade internacional, em particular os parceiros da UA, para a implementação escrupulosa das sanções decididas pelo CPS em Fevereiro e Março de 2010. Os esforços do Mediador da SADC, antigo Presidente Joaquim Chissano, deveriam continuar a ser apoiados para que um « Roteiro» de saída consensual de crise seja aprovado e implementado.

**c) Somália**

77. Desde a última sessão da Conferência, continuam-se a fazer grandes esforços para apoiar o processo de paz e reconciliação neste país. A situação geral de segurança permanece altamente volátil. Os Grupos de Oposição Armados (AOGs), conduzidos pelo al-Shabaab abrandaram agora os seus ataques contra o Governo Federal de Transição (TFG), a população Somali e a Missão da UA na Somália (AMISOM).

78. No âmbito da execução do mandato, as forças da AMISOM consolidaram e expandiram as suas áreas de controlo em Mogadíscio, enquanto fornecendo ajuda humanitária limitada para a população civil. Além disso, a AMISOM e outros membros da comunidade internacional, apoiando as prioridades identificadas pelo TFG, continuam a dar assistência à reforma das Forças de Segurança Somalis. Também se prosseguirão esforços para o reforço da AMISOM. O reforço de tropas da AMISOM aumentou para 8.000 homens incluindo um total de 9 batalhões: 4 do Burundi e 5 do Uganda. O reforço da componente da polícia da AMISOM agora é cerca de 50 que constitui o contributo do Burundi, Gana, Sierra Leone, Nigéria e Uganda. Estes oficiais trabalham como formadores e mentores na formação de programas para a Força da Polícia da Somália que decorrem em Mogadíscio, Quênia e Djibuti.

79. No domínio político, o processo de paz em Djibouti está a ganhar novo ímpeto, após meses de conflitos internos nas Instituições Federais de Transição (TFIs), que fragilizou seriamente a sua coesão interna e minaram a sua habilidade efectiva em implementar o seu mandato de transição, incluindo a elaboração de uma nova constituição federal para a Somália, reforma das forças nacionais de segurança, reconciliação do povo da Somália, reestruturação de administrações regionais, e condução da transição para a governação constitucional até Agosto de 2011. Em Setembro de 2010, uma animosidade pública entre o então Primeiro-ministro Omar Abdirashid Ali Sharmarke e o Presidente Sheikh Sharif Sheikh Ahmed atingiu o seu auge conseguindo apoio dos seus apoiantes no Parlamento Federal de Transição (TFP) e o Gabinete. Em 21 de Setembro de 2010, o Primeiro-Ministro Sharmarke propôs resignar-se para acabar com o impasse político. A UA, Nações Unidas, IGAD e outros parceiros envolvidos com os dirigentes das TFIs, encorajou-os a demonstrar liderança e unidade de propósito para reunir os desafios em curso.

80. Subsequentemente, a 14 de Outubro de 2010, o Presidente Sharif Sheikh Ahmed nomeou Mohamed Abdullahi Mohamed "Farmajo", como Primeiro-Ministro. Após semanas de intensos conflitos em relação às questões de procedimento, o TFP, em 31 de Outubro de 2010, confirmou-o como Primeiro-Ministro e, foi investido no dia seguinte. Aproximadamente duas semanas após a sua aprovação, o Primeiro-ministro, após vastas consultas com os parceiros Somalis, nomeou um novo pequeno gabinete de 18 ministros, contra 39 no governo prévio. Isto incluiu três ministérios chave para o Al Sunna Wal Jama'a, o grupo religioso moderado que assinou um Quadro de Acordo de Cooperação com o TFG em Março de 2010, em Adis Abeba. Em 27 de Novembro, o Parlamento Somali aprovou o Gabinete do Primeiro-Ministro Mohamed, que prestou juramento no dia seguinte.

81. Entretanto, a 8 de Outubro de 2010, e em conformidade com as decisões pertinentes da UA e IGAD, o Presidente da Comissão nomeou o antigo Presidente

Jerry John Rawlings do Gana como Alto Representante da UA para a Somália. O Antigo Presidente Rawlings trabalhará no sentido de mobilizar o continente e o resto da comunidade internacional para assumirem as suas responsabilidades e contribuir mais activamente para o alcance da paz, segurança e reconciliação na Somália. A este respeito, o Presidente Rawlings trabalhará em estreita coordenação com os países da região, Nações Unidas e outros parceiros da UA.

82. Em 15 de Outubro de 2010, e na sequência das decisões da Cimeira da UA de Julho de 2010, o CPS aprovou um novo reforço de 20.000 homens para a AMISOM, bem como o reforço de uma componente civil e da polícia, tal como proposto no relatório do Presidente da Comissão. O CPS apelou ao Conselho de Segurança da NU para tomar as decisões requeridas nesse sentido, de acordo com a sua responsabilidade primária para a manutenção da paz e segurança através da aprovação do Conceito de Operações revisto, incluindo o novo reforço autorizado da AMISOM, e autorização do aumento de um pacote de ajuda para a Missão, financiado através das contribuições avaliadas da NU.

83. Em 22 de Dezembro de 2010, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1964 (2010) na qual autorizou a UA a manter o desdobramento da AMISOM até 30 de Setembro de 2011 e aumentar o seu reforço de 8.000 para 12.000 tropas. O Conselho de Segurança notou as recomendações feitas pelo CPS, e sublinhou a sua intenção de manter a situação no terreno em análise. O Conselho de Segurança solicitou ao Secretário-Geral para continuar a prestar apoio logístico para a AMISOM, tal como estipulado na resolução 1863 (2009), para um máximo de 12.000 tropas, compreendendo equipamento e serviços mas não incluindo a transferência de fundos. Ele encorajou os Estados-Membros a apoiar a AMISOM e as instituições do Sector de Segurança Somali e contribuir generosamente e prontamente para o Fundo Especial da NU para a AMISOM, sem restrições, ou fazer doações bilaterais directas para apoiar a AMISOM. Em 20 de Janeiro de 2011, o CPS prorrogou o mandato da AMISOM para um período adicional de um ano.

84. A situação na Somália também foi o foco de uma série de outros fóruns internacionais. Nomeadamente a mini-cimeira sobre a Somália organizada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki-moon, em Nova-Iorque a 23 de Setembro de 2010; a 18ª reunião do Grupo de Contacto Internacional (ICG) decorrida em Madrid, Espanha, a 28 de Setembro de 2010; e o Diálogo Interactivo sobre a assistência à Somália no domínio dos direitos humanos, organizada pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, a 29 de Setembro de 2010.

85. A questão de pirataria ao largo da costa da Somália permanece um grave problema para a UA e o resto da comunidade internacional. No seu comunicado de 15 de Outubro de 2010, o CPS reiterou que qualquer solução duradoura para o problema de pirataria requer que os problemas subjacentes na Somália e outros relacionados, em particular a pesca ilegal e o despejo de resíduos tóxicos ao largo da costa da Somália, sejam abordados adequadamente. A Comissão prossegue a sua interacção com as Nações Unidas e outros parceiros para apoiar uma abordagem abrangente para o fenómeno da pirataria.

86. A Conferencia deseja reiterar o apreço da UA ao Burundi e Uganda pela sua contribuição em curso para a causa da paz e reconciliação na Somália, nomeadamente através do desdobramento de tropas da AMISOM, bem como à IGAD

e seu Presidente, Primeiro-Ministro Meles Zenawi da Etiópia, pela liderança e dinamismo que demonstraram. A Conferencia gostaria igualmente de exortar aos parceiros Somalis para demonstrarem a liderança requerida, determinação e concórdia de princípio, sem as quais tais disposições, seriam possíveis independentemente da ajuda externa para reverter a situação e permitir que a Somália reconquiste o seu lugar legítimo no comité das nações. Finalmente, a Conferência gostaria de exortar a maioria da comunidade internacional, que até agora falhou em assumir a sua responsabilidade na Somália, para superar os desafios em curso e reagir, com prontidão requerida, ao apelo para assistência ao povo da Somália.

#### **d) Processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia**

87. Durante o período em análise, não houve evolução no processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia. É de notar que o Estado da Eritreia restabeleceu a sua Missão Permanente da União Africana em Adis Abeba. Neste contexto, a Conferencia gostaria de reiterar a sua preocupação em relação ao impasse no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia e reafirma a prontidão da UA em prestar assistência aos dois países para ultrapassar o bloqueio actual através do diálogo e normalização das suas relações.

#### **e) Relações entre o Djibuti e a Eritreia**

88. Como é do conhecimento da Conferencia, a 6 de Junho de 2010, o Djibuti e a Eritreia assinaram um Acordo no qual os dois países deram mandato ao Emir do Qatar, Sua Alteza Hamed Ben Khalifa Al Thani, para realizar uma mediação com o objectivo de solucionar o diferendo fronteiriço entre eles. Na sua Sessão de Kampala, a Conferencia felicitou este Acordo, e fez um apelo para a sua implementação escrupulosa.

89. Em 4 de Dezembro de 2010, o Ministro djibutiano dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Senhor Mahmoud Ali Youssouf, endereçou uma carta ao Presidente da Comissão, informando-o sobre o estado de implementação do Acordo de 6 de Junho de 2010. O Ministro indicou nomeadamente que as forças eritreias, que ocupavam Doumeira e a Ilha de Doumeira, tinham sido reforçadas ao nível do território eritreu e que, para zelar o *status quo ante*, das unidades do Qatar com algumas dezenas de elementos que se posicionaram ao longo da fronteira comum e conduziram patrulhas. O Ministro, por outro lado, acrescentou que o Mediador tinha feito contactos com organizações internacionais, nomeadamente as Nações Unidas, para preparar as futuras acções relativas à demarcação da fronteira. Ele sublinhou que o seu país não poupou esforços para trazer todos os elementos de informação necessários para permitir ao Mediador de concluir a sua missão com sucesso. Ele concluiu evocando que a Eritreia ainda não tinha dado sequência aos pedidos constantes do Djibuti sobre o destino dos prisioneiros de guerra djibutianos, enquanto o seu país tinha informado o CICR sobre a situação dos prisioneiros de guerra eritreus. A Comissão encorajou a parte eritreia a informar-lhe sobre o seu ponto de vista em relação ao estado e perspectivas da evolução da situação. Entretanto, a Conferencia poderia reiterar a necessidade da implementação diligente e escrupulosa do Acordo concluído sob os auspícios de Qatar.

#### **f) Burundi**

90. Durante o ano de 2010, o Burundi conheceu o seu primeiro processo eleitoral pós-conflito. Tendo iniciado em 24 de Maio, com a eleição dos conselhos municipais, seguida da eleição presidencial, a 28 de Junho, a dos deputados, a 23 de Julho, e a dos senadores, a 28 de Julho, este processo foi concluído com a eleição dos Conselhos das colinas e bairros, em 7 de Setembro de 2010.

91. Em detrimento da crise política surgida da contestação feita pela « Aliança dos Democratas para a mudança no Burundi», sobre os resultados das eleições municipais, seguida do seu boicote após o processo eleitoral, incluindo a presidencial de 28 de Junho e as legislativas de 23 de Julho de 2010, estes diferentes escrutínios marcaram uma etapa significativa no processo de consolidação da paz e da democracia. A Conferencia poderia fazer um apelo a todos os actores envolvidos para que eles acordem mais interesse ao Burundi e ao seu povo acima de quaisquer considerações partidárias e de outra índole, que tirem lições dos diferentes escrutínios decorridos e trabalhem para o aprofundamento do processo democrático no país e à sua recuperação socioeconómica.

### **g) República Democrática do Congo (RDC)**

92. Na República Democrática do Congo, o período em análise foi marcado pela intensificação das operações militares contra os grupos armados nacionais (Maï Maï) e estrangeiros (Forças democráticas para a Libertação do Ruanda – FDLR, no Leste do país, o Exército da Resistência do Senhor – LRA e a Aliança das Forças Democráticas/Exército da Libertação Nacional do Uganda – ADF/NALU, na Província Oriental). Os esforços envidados pelo Governo congolês, com o apoio da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo (MONUSCO), permitiram reduzir de forma significativa a capacidade nociva dos grupos armados rebeldes que continuam a cometer atrocidades contra as populações civis. A detenção, em Paris, a 11 de Outubro de 2010, do Vice-Presidente das FDLR, Calixte Mbarushimana, depois da prisão de Ignace Murwanashyaka e de Straton Musoni, ambos responsáveis pela classe política das FDLR, a 19 de Setembro de 2009, na Alemanha, desestabilizou a cadeia de comando deste Movimento. Convém, por outro lado, realçar que no quadro da implementação do Plano de Acção de Trípoli, e tal como indicado mais abaixo, tomaram-se disposições para facilitar uma acção regional mais coordenada para neutralizar o LRA e por um termo às suas atrocidades e actividades de desestabilização na RDC, no sul do Sudão e na RCA. Por sua vez, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu, em 29 de Novembro de 2010, prolongar, até 30 de Novembro de 2011, o embargo sobre as armas impostas em 2008 contra os grupos armados na RDC, cujas actividades são consideradas ilegais devido à sua conexão com as redes mafiosas e criminosas. Por outro lado, o Governo congolês prosseguiu esforços de implementação da Acta de compromisso de Goma de 23 de Janeiro de 2008 e dos Acordos de 23 de Março de 2009 com grupos armados congolezes, cujo Congresso nacional para a Defesa do Povo (CNDP), que se acaba de transformar em partido político.

93. No contexto de uma paz que se afirma cada dia mais no terreno, o Governo congolês comprometeu-se num programa nacional ambicioso de estabilização e reconstrução nas zonas emergentes de conflito denominadas, STAREC. O restabelecimento da autoridade do Estado nas Províncias do Sul e do Norte do Kivu foi acompanhado de um desenvolvimento das infra-estruturas regionais e de um programa de redução da pobreza. O relançamento da cooperação regional, através

da Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL) e da Conferencia Internacional na região dos Grandes Lagos, abre novas perspectivas de desenvolvimento. Além disso, no âmbito da iniciativa reforçada a favor dos Países Pobres Muito Endividados (PPTE), a RDC beneficiou de medidas substanciais de anulação da sua dívida, que recompensam os progressos políticos e económicos realizados pelo país.

94. No que respeita o precedente, a Conferencia poderia encorajar todas as partes congolenses a não pouparem esforços para a boa preparação das eleições gerais a fim de consolidar os progressos realizados.

#### **h) Sudão**

##### **i) Sul do Sudão/Acordo de Paz Global (APG)**

95. Como é do conhecimento da Conferencia, o processo de implementação do Acordo de Paz Global (APG) foi concebido para culminar com um “Referendo sobre a Auto-Determinação do Povo do Sul do Sudão”, a 9<sup>de</sup> Janeiro de 2011. O processo de registo para o referendo foi conduzido por conseguinte entre 15 de Novembro e 8 de Dezembro de 2010. Nos preparativos do processo de votação, as mesas de voto foram instaladas no norte e sul do Sudão, bem como em outros países seleccionados para permitir à população participar neste exercício histórico. Em 9 de Janeiro de 2011, o processo de votação para o referendo do sul do Sudão começou tal como previsto, e durou 7 dias. Com a organização pacífica, credível e atempada do referendo, o país completou o principal ponto de referência do APG. O referendo é um sucesso para o Presidente Omar Hassan al Bashir, Primeiro Vice-Presidente Salva Kiir Mayardit, o povo do Sudão e África.

96. O período foi igualmente caracterizado por esforços renovados para a implementação de questões ligadas ao APG (Abyei, a demarcação da fronteira Norte-Sul, Consultas Populares no Nilo Azul e no Sul dos Estados do Kordofan e disposições de segurança) e de pós-referendo (cidadania, disposições económicas, incluindo partilha de produtos petrolíferos, moeda, activos e passivos, disposições de segurança, tratados internacionais e outras questões legais). A UA, nomeadamente através do Painel de Implementação de Alto Nível (AUHIP) compreendendo os antigos Presidentes Thabo Mbeki, Abdulsalami Abubakar e Pierre Buyoya, continuou a desempenhar um papel central no apoio às Partes a abordar os desafios iminentes.

97. Tal como indicado no relatório do CPS de Julho de 2010 para a Conferencia, após as discussões entre o AUHIP e as partes, o último assinou um Memorando de Entendimento (MoU) em Mekelle, Etiópia, a 23 de Junho, através do qual eles acordaram conduzir negociações sobre disposições pós-referendo numa base bilateral, com o Painel servindo como facilitador, com o apoio da IGAD, o Fórum dos Parceiros da IGAD e a NU. De 7 a 15 de Novembro de 2010, e na continuidade do MOU de Mekelle MoU, as Partes do APG, sob os auspícios do AUHIP, reuniram-se para negociar sobre as questões pendentes no âmbito da implementação do APG e as disposições pós-referendo. Em 13 de Novembro de 2010, eles acordaram sobre um documento minucioso intitulado “Quadro de Resolução de Questões Pendentes relacionadas com a Implementação de um Acordo de Paz Global e as Futuras Relações do Norte e Sul do Sudão”. Neste Quadro, as Partes reconheceram que o povo do Sul do e do Norte do Sudão têm

laços históricos, culturais, sociais, geográficos e económicos estreitos que não podem ser destruídos, independente do resultado do referendo de Janeiro. No caso de um voto para a secessão do sul, as Partes acordaram criar dois estados viáveis, e nunca mais fazer guerra. As Partes comprometeram-se igualmente a adoptar uma “fronteira pacífica” que reforce a segurança mútua, boa vizinhança e cooperação económica mutuamente benéfica.

98. Desde então, embora devagar, alguns progressos foram registados nas negociações sobre as disposições pós-referendo. Na sequência das reuniões do Painel da UA que lidera as negociações ‘Lead Negotiation Panel’ (LNP) realizadas em Juba de 8 a 13 de Dezembro de 2010, sob os auspícios do AUHIP, as Partes reuniram-se novamente em Cartum, em 18 de Dezembro, e em Juba, de 22 a 23 de Dezembro. Outras reuniões do LNP deverão realizar-se em Fevereiro de 2011 para abordar questões relacionadas com a moeda, petróleo e segurança.

99. A questão de Abyei provou ser uma das mais difíceis e litigiosas na implementação do APG. Na altura da conclusão deste relatório, o Painel conduziu mais consultas com as partes na base das propostas que lhe foram submetidas, com vista a alcançar um compromisso. É evidente que, tal como declarado pelo Painel na sua interacção com as Partes, uma resolução sobre a questão de Abyei deverá ser holística. Tal resolução incluiria a implementação de acordos existentes, nomeadamente o Protocolo de Abyei do APG e sua disposição para o referendo a que será realizado para a população da Área de Abyei, a fim de decidir se pertencem ao Norte ou Sul do Sudão, e a decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia sobre a posição da fronteira norte da Zona de Abyei. Tomaria também em conta o conceito de Abyei como uma ‘ponte’ entre o norte e o sul, tal como especificado no APG, os interesses das comunidades envolvidas, e o contexto das disposições pós-referendo.

## **ii) Darfur**

100. A situação de segurança em Darfur continua a causar preocupação devido a um número de incidentes que causou uma perda de vidas humanas e pessoas deslocadas. Houve confrontos esporádicos mas mortais que ocorreram de novo contra as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as facções rebeldes, especialmente o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM) e o Movimento de Libertação do Sudão/Exército (Abdul Wahid). Também se registaram acções militares contra o SLM/Minni em Novembro. Contudo, os conflitos interétnicos, recorrentes durante a primeira metade do período recorrente, diminuíram consideravelmente. Em Julho, houve novos distúrbios com o romper da violência no campo das PDI de Kalma, nos quais os grupos de apoiantes e de oposição às conversações de paz envolveram-se em confrontos mortais que ceifaram muitas vidas. Em Setembro, este conflito propagou-se no campo de Humeidiya, nas proximidades de Zalingei, resultando em mais mortes. Igualmente perturbante foi o massacre, no início de Setembro, de civis no mercado de Tabara. Foi o pior incidente deste género há vários anos. Além de civis, a UNAMID e as agências humanitárias continuam também como alvo de ataques esporádicos apesar da redução significativa de incidentes de roubo de viaturas. A UNAMID quase alcançou o seu reforço autorizado.

101. As negociações de paz sobre Darfur conduzidas pelo Mediador Conjunto da UA-NU, Djibril Bassole, com a ajuda do Estado de Qatar, prosseguiram. De 26 de Novembro a 2 de Dezembro de 2010, a Mediação conduziu consultas no Sudão,

com vista a solicitar contributos da sociedade civil sobre questões pendentes nas negociações, bem como gerar consciência popular e apoiar o processo de paz. A Mediação alcançou também o JEM e SLM/A (AW). As consultas com o JEM resultaram na retomada de conversações indirectas sobre o cessar-fogo entre este Movimento e o Governo do Sudão. Até agora, as duas partes permanecem separadas sobre questões de base. A delegação do Governo do Sudão deixou Doha a 31 de Dezembro em conformidade com a sua posição declarada e o prazo de Mediação. Contudo, o GoS continua a dialogar para se envolver na Mediação, enviar pequenas equipas de negociação a Doha com vista a facilitar a primeira conclusão do Acordo com o Movimento de Libertação e Justiça (LJM).

102. É evidente que hoje mais do que nunca, há necessidade urgente de um processo abrangente para solucionar o conflito em Darfur. Tal processo deverá envolver ambas as partes beligerantes e não-beligerantes bem como o eleitorado e parceiros de Darfur, sobre uma agenda global. Isto é conforme ao relatório do Painel de Alto Nível sobre Darfur (AUPD) e suas recomendações, que se tornou a política da UA sobre Darfur.

103. É neste contexto que, na segunda reunião do Fórum Consultivo do Sudão, co-presidido pela UA e a NU, realizado em Adis Abeba a 6 de Novembro de 2010, foi acordado que as negociações de Doha deveriam resultar num Documento Conclusivo que deveria ser finalizado o mais tardar até Dezembro de 2010, em conformidade com o calendário acordado pelas Partes. O resultado de Doha será o ponto de partida para o lançamento inicial do Processo Político de Darfur sob os auspícios do AUHIP e da UNAMID e em parceria com o Estado de Qatar. Em meados de Janeiro, numa reunião presidida pelo AUHIP envolvendo, além do Painel, a UNAMID, o GoS e o Governo dos EUA, foi alcançado um Acordo sobre o lançamento do DPP o mais tardar até Fevereiro, como um processo complementar e concorrente para as Conversações de Paz de Doha. As modalidades do DPP foram acordadas em grandes linhas, nomeadamente enfatizando que deve ser um processo independente realizado em conjunto pelo AUHIP e a UNAMID. É de salientar também que as autoridades do Qatar confirmaram a sua intenção de concluir a negociação de Doha o mais breve possível e colaborar em parceria com o AUHIP e a UNAMID no âmbito da implementação das próximas fases do processo.

104. A UA através do AUHIP, está a tomar medidas diligentes sobre as outras recomendações do AUPD, tal como aprovado pelo CPS. Durante o período em análise, o Painel manteve contactos com o GoS sobre os detalhes das propostas para promover a justiça e reconciliação, incluindo medidas específicas para o reforço do Tribunal Penal Especial para Eventos em Darfur, que será o principal fórum para o julgamento de crimes em Darfur. Através do DPP, o Painel deverá encorajar a participação activa da população de Darfur no processo de identificação e aprovação de medidas específicas que serão requeridas para implementar a estratégia. O Painel continuará a sondar o Governo sobre o estabelecimento de um tribunal híbrido para julgar os maiores responsáveis dos crimes cometidos em Darfur.

105. O Sudão encontra-se no momento decisivo da sua história nacional. O dia 9 de Julho de 2011 marcará o culminar do APG, que constitui também um evento histórico. Durante o período, desde que o APG foi assinado, o Sudão enfrentou sérios problemas. Foram registados sucessos como dificuldades, mas a realidade



mais importante é que a paz entre o Norte e o Sul foi mantida e as principais componentes do APG foram implementadas.

106. O sucesso decisivo do Sudão em superar os desafios dos próximos meses dependerá da liderança. O Presidente e Vice-Primeiro Presidente do Sudão serão convocados em separado e em conjunto para continuar a exercer liderança nacional excepcional. Tal liderança deve transcender os problemas e constrangimentos partidários, e tratar de questões vitais dentro da perspectiva que se requer. África é um parceiro constante do Sudão da guerra para a paz, da crise para a recuperação, e apoiá-lo-á no percurso para uma democracia genuinamente representativa.

**i) Relações entre o Chade/Sudão e MINURCAT**

107. O processo de normalização das relações entre o Sudão e o Chade prosseguiu de forma satisfatória. Os responsáveis dos dois países multiplicaram os gestos de boa vontade que consolidaram as suas relações. A implementação do Acordo de N'Djamena permitiu retomar os problemas que coíbiam as relações entre os dois países, a saber a segurança da fronteira comum e o problema recorrente das incursões de grupos político-militares no Chade. O Protocolo sobre a segurança da fronteira solucionou a primeira preocupação através da criação da Força mista de observação, segurança e arranque efectivo de suas actividades. Relativamente ao segundo objectivo, os dois países tomaram medidas apropriadas para impedir os grupos ou movimentos rebeldes de realizar actividades hostis entre os dois países.

108. A Conferencia deveria, uma vez mais, felicitar os Presidentes Idriss Déby Itno e Omar Hassan Al Bashir pela sua corajosa decisão política de normalizar as relações entre os dois países, e saudar a sua perseverança na via do diálogo, da concertação e da boa vizinhança.

109. Por outro lado, com a partida definitiva da MINURCAT do Chade, a 31 de Dezembro de 2010, o Governo chadiano, em conformidade com o seu compromisso de assumir inteira responsabilidade pela segurança e protecção da população civil do leste do Chade, incluindo os refugiados, deslocados, repatriados e as comunidades de acolhimento, até agora tem assumido as suas obrigações em conformidade com a resolução 1923 (2010) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na opinião das Nações Unidas, a situação em matéria de segurança no Chade resta «relativamente calma», incluindo nos campos dos refugiados e de pessoas deslocadas, atribuindo esta situação em grande parte à vigilância das autoridades centrais e locais chadianas, bem como ao Destacamento Integrado de Segurança (DIS) e às patrulhas conjuntas chado-sudanesas ao longo da fronteira comum.

**j) República Centro africana (RCA)**

110. A situação política na RCA foi marcada pela continuidade de esforços com vista à organização das eleições gerais, cujas datas foram adiadas sucessivamente. Após a adopção, a 10 de Maio de 2010, pela Assembleia nacional de uma lei constitucional permitindo prorrogar o mandato do Presidente da República e dos membros do Parlamento até á organização das próximas eleições presidenciais e

legislativas, o Chefe de Estado assinou a 30 de Julho de 2010, um decreto convocando o corpo eleitoral para 23 de Janeiro de 2011. A 10 de Agosto de 2010, a Comissão eleitoral independente (CEI) apresentou um cronograma revisto e rubricado, que fixa a 1ª volta das eleições para 23 de Janeiro de 2011 e a 2ª volta para 20 de Março de 2011. O recenseamento eleitoral decorreu, tal como previsto, de 22 de Setembro a 21 de Outubro de 2010. O Tribunal Constitucional validou a lista dos cinco candidatos às presidenciais e dos 885 candidatos às legislativas. Quanto à CEI, e apesar das dificuldades logísticas e financeiras com as quais se confronta, os preparativos decorrem bem.

111. Alguns grupos rebeldes centrafricanos, nomeadamente a Convenção de Patriotas para a Justiça e a Paz – CPJP (não signatário do Acordo Global de Paz de Libreville), continuam activos no terreno, tal como se verificou, entre outras, com o ataque perpetrado pela CPJP contra a cidade de Birao, no nordeste do país. Do mesmo modo, O Exército de Resistência do Senhor (LRA) prossegue os seus ataques criminosos contra a população civil, nomeadamente no leste do país, contribuindo para agravar a situação humanitária já preocupante. A retirada definitiva das forças da MINURCAT de Birao, que começou a 15 de Outubro de 2010, provocou um vazio em termos de segurança, em parte preenchido pelo reforço das Forças Armadas Centrafricanas (FACA) e o apoio de parceiros bilaterais. No que respeita o DDR, o mesmo encontra-se ainda na primeira fase de desarmamento. A boa vontade e a cooperação do Governo e dos diferentes grupos político-militares signatários do Acordo de Libreville devem contudo ser salientadas.

112. A RCA continua a confrontar-se com numerosos desafios, tanto políticos, como de segurança e socioeconómicos. Neste contexto, o bom desenrolar das próximas eleições, a conclusão da implementação do DDR, a adopção de medidas idóneas para a restauração do Estado e do reforço da segurança em todo o território, bem como a continuidade das reformas económicas revestem-se de uma importância capital. A Conferência poderia exortar os Estados-Membros da UA a dar provas de solidariedade a respeito da RCA. Um esforço significativo da comunidade internacional impõe-se particularmente no que respeita o aceleração da reforma do sector de segurança e, mais concretamente a reconstrução pós-conflito.

### **k) Côte d'Ivoire**

113. Enquanto a Côte d'Ivoire, após vários anos de esforços da parte da comunidade internacional, nomeadamente o Presidente Blaise Compaoré na sua qualidade de Facilitador da CEDEAO para o Diálogo directo inter-marfinense, com o apoio da UA e das Nações Unidas, parecia ter encontrado uma saída para o conflito consensual, o país mergulhou de novo numa grave crise política com consequências incalculáveis tanto para a Côte d'Ivoire como para o continente. O período após a sessão de Kampala foi caracterizado pela continuidade do espírito de diálogo e concertação que, no quadro da implementação do Acordo Político de Ouagadougou (APO), conduziu nomeadamente à adopção consensual, a 6 de Setembro de 2010, pelos membros do Quadro Permanente de Concertação, da lista eleitoral definitiva. Em conformidade com as disposições do APO, o Presidente Laurent Gbagbo assinou, a 9 de Setembro de 2010, um decreto presidencial sobre a autorização da emissão do bilhete de identidade nacional para as pessoas inscritas nesta lista eleitoral definitiva.

114. A 1ª volta da eleição presidencial decorreu a 31 de Outubro de 2010 em boas condições, e conheceu uma participação massiva (mais de 80%). Os três principais actores da cena política marfinense venceram o escrutínio na ordem seguinte: Laurent Gbagbo (Presidente cessante) com 38,04%, Alassane Dramane Ouattara (Presidente do RDR) com 32,07%, e Henri Konan Bédié (Presidente do PDCI-RDA) com 25,24%.

115. A 2ª volta, que decorreu a 28 de Novembro de 2010, com uma taxa de participação de mais de 70%, opôs os dois candidatos que alcançaram a maioria na primeira volta. Convém notar que o candidato Henri Konan Bédié apelou os seus aliados a votarem, na segunda volta, a favor de M. Alassane Ouattara, que se tornou candidato de Reunificação dos 'Houphouëtistes' para a Democracia e a Paz (RHDP). Na campanha da 2ª volta decorreu um debate televisivo muito afável, durante o qual os dois candidatos apresentaram os seus programas, prometeram respeitar o veredicto das urnas e apelaram os eleitores à calma, e isto em contraste com a tensão que prevaleceu durante a campanha eleitoral propriamente dita. Instaurou-se um recolher obrigatório por decreto presidencial na véspera do escrutínio que em seguida foi prorrogado várias vezes, até 21 de Dezembro de 2010. As Missões de Observação de Eleições foram unânimes quanto à regularidade, transparência e credibilidade do escrutínio no seu conjunto.

116. Contrariamente ao consenso da primeira volta, a proclamação dos resultados da segunda volta tornou-se fonte de profundas divergências. Enquanto a CEI, devia proclamar os resultados provisórios num prazo de três dias, isto é até quarta-feira dia 1 de Dezembro à meia-noite, não tinha chegado ainda a um consenso sobre a consolidação ou não de alguns sufrágios, a 2 de Dezembro, o Presidente do Conselho Constitucional anunciou que o prazo incumbido à CEI já tinha expirado, e que o Conselho tinha a responsabilidade de deliberar as contestações e petições introduzidas e proclamar os resultados definitivos num prazo imperativo de sete dias. Mais tarde, o Presidente da CEI anunciou que Alassane Ouattara tinha sido eleito Presidente da República com 54,10% dos votos contra 45,90% de Laurent Gbagbo. Por sua vez, após ter deliberado sobre as petições do candidato Gbagbo na tarde de 3 de Dezembro de 2010 e anulado o voto em nove departamentos do Norte, ou seja 640 000 boletins, o Presidente do Conselho constitucional proclamou este último vencedor do escrutínio presidencial, com 51,45% dos votos contra 48,55% do seu concorrente, procedendo à sua investidura no dia seguinte. Durante o mesmo dia, Alassane Ouattara prestou igualmente juramento por meio de uma correspondência endereçada ao mesmo Conselho constitucional.

117. Após a proclamação dos resultados pelo Conselho constitucional, em execução da resolução 1765 (2007) de 16 de Julho de 2007 do Conselho de Segurança e em conformidade com os Acordos concluídos pelas Partes marfinenses, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Côte d'Ivoire procedeu, em 3 de Dezembro de 2010, à certificação da segunda volta e afirmou que a decisão do Conselho Constitucional não correspondia aos factos. Ele confirmou a eleição de Alassane Ouattara na base dos resultados proclamados pela CEI, estimando que ainda que se todas as reclamações da maioria presidencial fossem tomadas em conta em termos de Acta, o vencedor proclamado pela CEI não mudaria. A certificação do Representante Especial foi apoiada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

118. Foi neste contexto que o antigo Presidente Thabo Mbeki da África do Sul foi incumbido pelo Presidente da Comissão para efectuar uma missão de urgência a Abidjan, onde permaneceu de 5 a 6 de Dezembro, com a finalidade de evitar uma escalada irreversível das posições presentes e analisar com todos os actores envolvidos as vias e meios de uma saída de crise. Durante a sua 251ª reunião realizada a 4 de Dezembro de 2010, o CPS fundamentou-se no comunicado de imprensa da 250ª reunião, realizada em Tripoli a nível de Chefes de Estado e de Governo em 30 de Novembro de 2010, para expressar a rejeição total pela UA de qualquer tentativa visando criar um facto consumado para minar o processo eleitoral e por em causa a vontade popular tal como expressada em 28 de Novembro de 2010, reservando-se a eventualidade de tomar medidas apropriadas contra os actos susceptíveis de por em causa a integridade do processo eleitoral. Em seguida, a sessão extraordinária da Conferencia dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO sobre a Côte d'Ivoire, reunida em Abuja, a 7 de Dezembro de 2010, reconheceu Alassane Ouattara como Presidente eleito da Côte d'Ivoire e convidou Laurent Gbagbo a respeitar os resultados da eleição presidencial tal como certificados pela ONUCI. Além disso, ela decidiu suspender a Côte d'Ivoire até nova ordem, de todas as suas instâncias de decisão. Na mesma óptica, durante a sua 252ª reunião realizada a 9 de Dezembro de 2010, o CPS decidiu, na base dos instrumentos pertinentes da UA, suspender a participação da Côte d'Ivoire em todas as actividades da UA, até que o Presidente democraticamente eleito, Alassane Dramane Ouattara, assuma efectivamente o poder do Estado. O CPS lançou um apelo urgente a Laurent Gbagbo para que respeite os resultados da eleição e facilite, sem tardar, a transferência de poder para o Presidente eleito, e isto no interesse superior da Côte d'Ivoire, da região e de África no seu conjunto. O Presidente em Exercício da União lançou um apelo idêntico. Tanto as Nações Unidas como a União Europeia e numerosos parceiros internacionais reconheceram o Sr. Alassane Ouattara como Presidente eleito e solicitaram ao Sr. Gbagbo de ceder pacificamente e imediatamente o poder.

119. Em 17 de Dezembro de 2010, o Presidente da Comissão deslocou-se a Abuja, para consultas com o Presidente Goodluck Jonathan, que assegura a presidência em exercício da CEDEAO, depois em Abidjan, onde, em companhia do Presidente da Comissão da CEDEAO, Victor Gbeho, e do Comissário de Paz e Segurança da UA, teve encontros com os diferentes actores referidos, nomeadamente o Presidente eleito Alassane Ouattara e o Sr. Laurent Gbagbo. Em seguida, e no quadro da implementação do comunicado da 254ª reunião do CPS, o Presidente da Comissão solicitou a Raila Odinga, Primeiro-ministro da República do Quênia para assegurar o seguimento da situação em Côte d'Ivoire e reforçar as possibilidades de sucesso aos esforços em curso. A 3 de Janeiro de 2011, O Primeiro-Ministro Odinga, na companhia dos Presidentes de Cabo Verde, Benim e Sierra Leone, tomou parte numa missão conjunta UA-CEDEAO em Abidjan, para encontros com o Presidente cessante, Laurent Gbagbo, e o Presidente eleito, Alassane Ouattara, sobre a saída de crise pós-eleitoral. O Primeiro-ministro Odinga efectuou uma segunda missão a Abidjan, a 17 e 18 de Janeiro de 2011, enquanto o Presidente da Comissão e o Comissário de Paz e Segurança continuaram a realizar uma série de consultas com a CEDEAO e vários países africanos, bem como com as Nações Unidas, a União Europeia e outros parceiros.

120. Neste contexto, o CPS, que se deve reunir a nível de Chefes de Estado e de Governo, a 28 de Janeiro de 2011, para discutir sobre a questão marfinense poderia encorajar os Marfinenses, em particular os diferentes responsáveis e

dirigentes políticos, a trabalharem para que impere a sensatez e a razão no interesse superior da Côte d'Ivoire e de seu povo, no respeito escrupuloso da vontade popular tal como expressa em 28 de Novembro de 2010. Do mesmo modo, o CPS poderia aproveitar esta oportunidade para reiterar a sua firme condenação aos actos de vandalismo e outras violações dos direitos humanos cometidos em diferentes partes na Côte d'Ivoire. A Conferencia da UA deveria investir da sua autoridade para a promoção dos objectivos de democracia e de paz em Côte d'Ivoire.

### **l) Libéria**

121. A Libéria continuou a fazer progressos na reconstrução e consolidação da paz pós-conflito, focalizando tanto o reforço das instituições nacionais, como o desenvolvimento e a reforma socioeconómica. No que respeitam os aspectos de segurança, convém realçar os esforços feitos pelo Governo Liberiano, em colaboração com outros países da União do Rio Mano (MRU), para abordar os desafios associados ao crime transnacional organizado, tal como demonstrado pelo estabelecimento, em Outubro de 2010, da Unidade de Crime Transnacional (TCU), que faz parte da Iniciativa da África Ocidental (WACI) e do Plano de Acção Regional da CEDEAO sobre a questão.

122. É de notar que a Libéria foi formalmente integrada no programa da Comissão de Consolidação da Paz da NU, a 16 de Setembro de 2010. Como resultado, o Governo da Libéria e a Comissão de Configuração de Paz das nações Unidas para a Libéria endossou conjuntamente uma Declaração de Compromisso Mútuo (SMC) sobre a consolidação de paz em Monróvia, em 15 de Novembro de 2010. O SMC identificou três áreas prioritárias, nomeadamente o reforço do estado de direito, assistência à reforma do sector de segurança e promoção da reconciliação nacional. A inauguração da tão esperada Comissão Nacional Independente dos Direitos Humanos (INHRC), em Setembro de 2010, também é significativa em muitos aspectos considerando que este órgão pretendia garantir a implementação das recomendações feitas no Relatório da Comissão Liberiana de Verdade e Reconciliação (TRC) e abordar igualmente outras questões importantes sobre os direitos humanos.

123. A Conferência poderia reiterar a necessidade do reforço de assistência tanto de África como da maioria da comunidade internacional para ajudar a Libéria a consolidar as concretizações notáveis feitas ao longo dos últimos anos. A Conferência poderia encorajar também o Governo da Libéria e todos os outros parceiros para perseverar os seus esforços, incluindo através da organização pacífica de eleições gerais previstas para este ano.

### **m) Niger**

124. Durante a sua sessão de Kampala, a Conferência tomou nota do calendário da transição e do processo de retorno à ordem constitucional, tal como definido pelas autoridades de facto no Níger em consulta com as partes nigerinas, e solicitou a todos os actores nigerinos para garantirem a sua implementação escrupulosa. A Conferência lançou um apelo aos Estados-membros e à comunidade internacional no seu conjunto para que prestem apoio necessário para a boa condução do processo de transição, em particular as eleições, bem como a assistência necessária para fazer face à situação de penúria alimentar que o Níger enfrenta.

125. Durante o período em análise, registaram-se progressos significativos para a restauração da ordem constitucional, com a realização, a 31 de Outubro de 2010, de um referendo constitucional para a adopção da nova Constituição. As eleições presidenciais estão previstas para 31 de Janeiro de 2011. O Enviado Especial do Presidente da Comissão manteve contactos estreitos com todos os parceiros para facilitar a conclusão da fase de transição. Além disso, o Comissário de Paz e Segurança permaneceu em Niamey, de 13 a 14 de Janeiro de 2011, no quadro de uma missão conjunta UA/CEDEAO/NU para avaliar a situação e encorajar todas as partes a trabalharem para a conclusão da transição e do retorno à ordem constitucional através do sucesso das eleições presidenciais legislativas. No momento da finalização do presente relatório, estava previsto que o Enviado Especial do Presidente da Comissão para o Níger efectuasse uma missão a Niamey na sequência da visita efectuadas pelo Comissário.

126. A Conferencia deveria lançar um apelo aos partidos políticos e a todos os actores implicados no processo de transição para que acordem mais interesse ao Níger acima de todas as considerações partidárias, a fim de facilitar a conclusão rápida do processo de retorno à ordem constitucional com a prestação de juramento do novo Presidente da República, o mais tardar a 6 de Abril de 2011.

#### **n) República da Guiné**

127. Durante o período em análise, a UA e a CEDEAO, nomeadamente através do Grupo Internacional de Contacto sobre a Guiné (GIC-G), co-presidido pela UA e a CEDEAO prosseguiram os seus esforços visando facilitar uma transição sucedida e o bom desenrolar das eleições, e isto em estreita coordenação com o Mediador da crise guineense, Presidente Blaise Compaoré do Burkina-Faso, e com o apoio das Nações Unidas, através do Representante Especial do Secretário-Geral na África Ocidental, Embaixador Saïd Djinnit.

128. Foi neste contexto que, a 3 de Setembro de 2010, em Ouagadougou, os dois candidatos que obtiveram mais votos na 1ª volta da eleição presidencial, que teve lugar a 4 de Junho de 2010, Cellou Dalein Diallo e Alpha Condé, assinaram um Memorando de Entendimento sob a égide do Presidente Blaise Compaoré. Na sequência de uma concertação iniciada pelo GIC-G, durante a sua 17ª reunião realizada em Conacri a 5 de Novembro de 2010, os dois candidatos assinaram igualmente uma Declaração conjunta na qual reiteraram o seu compromisso de trabalhar para um escrutínio pacífico, livre e democrático em todo o território nacional, em conformidade com o Memorando de Entendimento de Ouagadougou.

129. A segunda volta da eleição presidencial, adiada várias vezes, teve lugar a 7 de Novembro de 2010. Os resultados provisórios proclamados pela CENI consideraram Alpha Condé, vencedor com 52,52% dos sufrágios expressos, contra 47,48% de Cellou Dalein Diallo. Em 2 de Dezembro de 2010, o Tribunal Supremo proclamou os resultados definitivos e confirmou a vitória de Alpha Condé, com 52,5% dos sufrágios exprimidos, contra 47,5% para Celou Dalein Diallo. Convém salientar os confrontos que opuseram alguns militantes do infeliz candidato e as forças de ordem, a 17 de Novembro de 2010, obrigando o Presidente da Transição a decretar estado de emergência em todo o território nacional.

130. Durante a sua 248ª reunião realizada a 13 de Novembro de 2010, o CPS regozijou-se do desenrolar da segunda volta da eleição presidencial, em condições pacíficas, e felicitou os Guineenses por terem aderido massivamente às urnas, manifestando assim a sua aderência à democracia e determinação de ver a transição lançada na sequência da Declaração conjunta de Ouagadougou de 15 de Janeiro de 2010 se concluir com sucesso, através da restauração da ordem constitucional. É neste contexto que o CPS, durante a sua 252ª reunião realizada a 9 de Dezembro de 2010, decidiu levantar a medida de suspensão da participação da Guiné nas actividades da UA, bem como as sanções impostas àqueles cujas acções entravavam o processo de retorno à ordem constitucional. Em 21 de Dezembro de 2010, na presença de vários Chefes de Estado e de Governo da região, de África e do exterior, realizou-se a cerimónia de investidura do Presidente Alpha Condé.

131. A Conferencia poderia sublinhar a importância histórica da ascensão de um Presidente democraticamente eleito na Guiné e poderia lançar um apelo a todos os parceiros da Guiné que, pela sua constante assistência ao longo da fase de transição, demonstraram disponibilidade para trabalhar a favor do desenvolvimento deste país, prosseguir e intensificar o seu apoio, no momento em que as novas autoridades se empenharão na imensa tarefa de recuperação e desenvolvimento socioeconómico.

#### **o) Guiné-Bissau**

132. Em execução das decisões pertinentes da UA, a Comissão abriu um Gabinete de Ligação da UA na Guiné-Bissau, prevendo o envio ulterior da Missão conjunta de estabilização da UA-CEDEAO. O Gabinete é dirigido pelo Representante Especial do Presidente da Comissão, Professor Sebastião da Silva Isata, antigo Vice-Ministro das Relações Exteriores de Angola. O seu mandato revoga a necessidade de uma presença efectiva e coordenada da comunidade internacional na Guiné-Bissau e apela a uma harmonização de esforços com os da CEDEAO, da CPLP e das Nações Unidas.

133. Desde a sua tomada de funções, a 4 de Outubro de 2010, o Representante Especial tomou uma série de iniciativas visando reforçar o acompanhamento pela UA do processo de consolidação de paz no país. Convém mencionar aqui os esforços realizados com vista ao reforço da coesão na chefia do Estado, com a melhoria das relações entre o Presidente da República Malam Bacai Sanha, e o Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Jr ; a interacção sustentada com as Instituições guineenses, que se traduziu pela aceitação pelo Parlamento guineense das propostas da UA com vista a fazer adoptar uma legislação criminalizando a posse, circulação, transformação e tráfico de droga, por um lado, e criar uma Comissão de Verdade e Reconciliação, por outro lado ; enfim, sensibilizar os parceiros bilaterais e multilaterais da Guiné-Bissau representados em Bissau a favor da criação de condições propícias para permitir às autoridades guineenses competentes de se empenharem de maneira realista e eficaz na luta contra o tráfico de droga.

134. Durante a sua 247ª reunião a 2 de Novembro de 2010, o CPS exprimiu a sua satisfação face aos desenvolvimentos em curso na Guiné-Bissau. Por outro lado, a 28ª sessão ministerial do Conselho de Mediação e de Segurança da CEDEAO realizada em Abuja, a 24 de Novembro de 2010, solicitou ao Comité conjunto da CEDEAO-CPLP de criar um mecanismo de coordenação para acelerar

a implementação do Roteiro sobre a Reforma do Sector da Defesa e Segurança (RSDS) na Guiné-Bissau. Na sua 255ª reunião decorrida a 23 de Dezembro de 2010, o CPS reiterou os termos do comunicado da sua 247ª reunião, tomou nota das recomendações da 28ª sessão ministerial do Conselho de Mediação e de Segurança da CEDEAO, e solicitou à UA para tomar diligências necessárias junto aos parceiros bilaterais e multilaterais da Guiné-Bissau para a realização, o mais breve possível, da conferência de doadores prevista, a fim de facilitar a implementação da RSDS e fazer contribuições adequadas. Por outro lado, no âmbito da implementação das decisões da 247ª e 255ª reuniões do CPS, a Comissão propõe-se enviar uma missão de peritos para dar assistência ao Parlamento da Guiné-Bissau na elaboração de uma legislação criminalizando a posse, circulação, transformação e tráfico de droga. Ao mesmo tempo, e com vista à criação nas melhores condições, da Comissão da Verdade e Reconciliação prevista, a Comissão da UA está disposta a dar o seu apoio às autoridades guineenses, que exprimiram o desejo de adquirir experiências análogas decorridas no exterior.

135. A Conferência poderia lançar um apelo urgente a todos os intervenientes para que trabalhem a fim de permitir a realização, já várias vezes adiada, da Conferência dos Doadores cujo resultado facilitará a realização tão esperada do programa prioritário da RSDS.<sup>96</sup>

#### **p) Tunísia**

136. Durante estas últimas semanas, a situação na Tunísia conheceu uma transformação fundamental, marcada nomeadamente pela partida do poder do Presidente Zine El-Abidine Ben Ali. Do ponto de vista cronológico, os eventos que assolaram a Tunísia começaram em 17 de Dezembro de 2010, quando um jovem comerciante ambulante de frutas e legumes incendiou o seu próprio corpo diante de um prédio administrativo em Sidi Bouzid, no centro do país. O movimento propagou-se em seguida e progressivamente em todo o país, incluindo em Tunis, mobilizando multidões cada vez mais numerosas, nomeadamente jovens que, entre outros, reclamam empregos. As próprias reivindicações tomam um contorno político, alargando-se à denúncia da repressão da polícia, que causou dezenas de vítimas, entraves às liberdades públicas e corrupção, bem como a exigência de uma democratização da via pública.

137. A resposta das autoridades variava entretanto. No início, denunciaram uma minoria de extremistas e de agitadores agindo contra os interesses do seu país, antes de proceder à demissão de certos Ministros, anunciar uma maior responsabilidade em relação às classes vulneráveis da população e indicar que a mensagem dos manifestantes tinha sido acatada. A 12 de Janeiro, o Presidente Ben Ali demitiu o Ministro do Interior, enquanto um recolher obrigatório foi decretado na capital e nos subúrbios. No dia seguinte, e durante as manifestações populares cada vez mais intensas, ele anuncia, o que constitui a sua terceira alocução desde o início da crise, que não conspirará por um novo mandato em 2014, tendo sido enganado pelo seu círculo na apreciação da situação, ordena às forças de ordem de não fazerem uso de armas de fogo e promete o reforço de liberdade, incluindo a imprensa. Estas medidas são seguidas pela dissolução do governo e o anúncio da realização de eleições legislativas antecipadas, bem como a imposição do estado de emergência. Entretanto, a contestação prossegue. É neste contexto que o Primeiro-Ministro Mohammed Ghannouchi anuncia, a 14 de Janeiro de 2011, que o Presidente Ben Ali encontra-se provisoriamente na incapacidade de exercer as suas



funções e declara que assumirá a função de Presidente interinamente até à realização de eleições, informando aos meios sobre a partida do Sr. Ben Ali do país.

138. Desde então a situação evoluiu. Por um lado, o Sr. Ghannouchi foi substituído pelo Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Fouad Mebazaa, nas funções de Chefe de Estado interinamente, em conformidade com as disposições pertinentes da Constituição, após a confirmação pelo Conselho constitucional da partida definitiva do poder do Presidente Ben Ali, e a proclamação de um período de transição. Por outro lado, um « Governo de unidade nacional de transição » foi formado, com mandato para organizar eleições legislativas e presidenciais num prazo de 6 meses. Contudo, convém realçar que este Governo continuou a ser alvo de críticas da parte daqueles que contestam a presença nos postos chave de Ministros pertencendo à Reunificação constitucional democrática (RCD), o que levou os últimos a renunciar, após MM. Mebazaa e Ghannouchi, à sua afiliação partidária. Quanto ao fundo da questão, o Governo tomou várias medidas de apaziguamento, nomeadamente a libertação dos prisioneiros políticos, a adopção de um projecto de lei de amnistia geral relativa a decisões de justiça e de ordem política, o acordo dos partidos políticos que fizeram uma petição para honrar a memória das vítimas das violências e a restituição ao Estado dos bens móveis e imóveis do RCD.

139. A Conferência da União poderia, na sequência do comunicado de imprensa do CPS de 15 de Janeiro de 2011, exprimir a sua solidariedade com o povo tunisino. A Conferência poderia igualmente lançar um apelo urgente aos actores políticos e ao povo tunisinos para que trabalhem juntos, na unidade, consenso e respeito da legalidade, para uma transição pacífica e democrática que permitirá aos Tunisinos escolher livremente os seus dirigentes através de eleições abertas, democráticas e transparentes.

#### **q) Sahara Ocidental**

140. Durante o período em análise, não se registaram progressos na busca de uma solução duradoura para o diferendo no Sahara Ocidental, apesar dos esforços de paz que continuam a ser envidados sob a égide das Nações Unidas. O Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Sahara Ocidental, Embaixador Christopher Ross, custeou a sua quarta visita à região, de 18 a 25 de Outubro de 2010, para prosseguir as suas consultas com Marrocos e a Frente POLISARIO, bem como com a Argélia e a Mauritânia, como países vizinhos.

141. Subsequentemente, o Enviado Especial convocou a terceira e quarta conversação informal entre as Partes, a 8 e 9 de Novembro e de 16 a 18 de Dezembro de 2010, em Manhasset, Nova-Iorque. Enquanto as Partes acordaram continuar com a 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> ronda de conversações informais, em 21 e 22 de Janeiro e em Março de 2011, respectivamente, não houve progressos devido à pré-condição de Marrocos cuja proposta de autonomia é a única base de discussão, excluindo a proposta de referendo da Frente POLISARIO que inclui igualmente a opção de independência.

142. Os trágicos eventos ocorridos em Laayoune, em 8 de Novembro de 2010, na sequência do assalto pelas forças marroquinas contra o acampamento pacífico dos contestadores Sahrawi nas periferias da cidade, salientam a necessidade de esforços renovados para a busca de uma solução para o conflito, em conformidade

com as relevantes resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da NU, que estipula o direito de auto-determinação para o povo do Sahara Ocidental. A Comissão continuará a apoiar tais esforços, em conformidade com as disposições do Plano de Acção de Trípoli, que determina um referendo de auto-determinação através do qual o povo do Sahara Ocidental escolherá livremente a independência ou a integração no Reino de Marrocos.

## **VII. CONCLUSÃO**

143. Apesar dos progressos registados e a amplitude dos esforços envidados, a situação em geral em termos de paz e segurança resta intolerável, como testemunham, entre outras, a evolução da situação em Côte d'Ivoire, os eventos ocorridos na Tunísia, bem como a persistência da crise no Darfur e a violência que continua a afligir a Somália. Além disso, o impasse persistente em relação ao conflito no Sahara Ocidental e do processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia realça a necessidade de se realizarem acções sustentadas para contribuir a abrir perspectivas de paz a nível do continente no seu conjunto.

144. O continente continua igualmente a fazer face à violência terrorista. Após os atentados criminosos de Kampala, no passado mês de Julho, várias outras regiões foram afectadas por incidentes semelhantes. Trata-se nomeadamente da região do Sahel, com a tomada de reféns e outros actos terroristas ocorridos nestes últimos meses, na Nigéria, com o atentado perpetrado no dia da celebração do 50º aniversário da independência do país e no Egipto com o ataque contra a igreja em Alexandria. Esta situação apela a uma reacção mais coordenada da parte dos países africanos, na base dos instrumentos pertinentes da UA e das decisões das instâncias da UA, nomeadamente as que foram adoptadas em 22 de Novembro de 2010 pelo CPS.

145. De maneira geral, é fundamental que se intensifiquem esforços com vista à resolução dos conflitos existentes e à consolidação da paz nos países e regiões onde ela já foi alcançada. Fundamentalmente, e de acordo com os objectivos do Protocolo relativo ao CPS, a prevenção deve centralizar-se na acção da UA. A este respeito, é imperativo que os Estados membros que ainda não o fizeram ratifiquem os instrumentos da UA relativos à governação, direitos humanos e democracia, e que os compromissos tomados sejam escrupulosamente aplicados, o que contribuirá grandemente para a prevenção estrutural dos conflitos. Do mesmo modo, os Estados-membros devem prestar a colaboração requerida para permitir à UA cumprir efectivamente o seu mandato em termos de prevenção directa, e em conformidade com as suas obrigações nos termos do Protocolo relativo ao CPS.

**ANEXO I**

**MEMBROS DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA (2010 - 2013)**

1. Benin
2. Burundi
3. Chade
4. Côte d'Ivoire
5. Djibouti
6. Guiné Equatorial
7. Quênia
8. Líbia
9. Mali
10. Mauritânia
11. Namíbia
12. Nigéria
13. Rwanda
14. África do Sul
15. Zimbabwe

ANEXO IIREUNIÕES E SESSÕES DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA, JULHO DE 2010 –  
JANEIRO DE 2011

Reunião/ Informação	Data	Agenda	Comunicado/ Outros Documentos	Documentos de Trabalho
235 <sup>a</sup>	2 de Julho de 2010	Análise do Relatório do Presidente da Comissão sobre as actividades do Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana (AUHIP) sobre o Sudão	Comunicado do CPS: <b>PSC/PR/COMM. (CCXXXV)</b>	Relatório do Presidente: <b>PSC/PR/2(CCXXXV)</b>
236 <sup>a</sup>	5 de Julho de 2010	1. Aperfeiçoamento do Método de apreciação de situações de conflito e crises e formulação de comunicados  2. Informação sobre os desenvolvimentos recentes da situação em Comoros	Comunicado do CPS: <b>PSC/PR/COMM. (CCXXXVI)</b>	Documentos:  1. Acordo da União das Comores para a gestão do período de transição  2. Proposta de Programa da República de Côte d'Ivoire (Presidente do CPS para o mes de Julho de 2010)

238 <sup>a</sup>	11 de Agosto de 2010	Informação sobre os desenvolvimentos recentes da situação em Côte d'Ivoire	Comunicado de Imprensa: <b>PSC/PR/BR(CCXXXVIII)</b>	
239 <sup>a</sup>	24 de Agosto de 2010	Informação sobre os desenvolvimentos recentes da situação na Somália.	Comunicado de Imprensa: <b>PSC/PR/BR(CCXXXIX)</b>	
240 <sup>a</sup>	8 de Agosto de 2010	Informação do Departamento dos Assuntos políticos sobre a próxima eleição presidencial em Côte d'Ivoire		
241 <sup>a</sup>	23 de Setembro de 2010	1. Informação da Comissão sobre a implementação das decisões da UA e IGAD sobre a Somália  2. Preparação para a Missão no Terreno do CPS em Côte d'Ivoire	Comunicado de Imprensa: <b>PSC/PR/BR(CCXXXI)</b>	
242 <sup>a</sup>	4 de Outubro de 2010	1. Informação sobre os desenvolvimentos recentes da situação no Níger;  2. Informação sobre os	Comunicado: <b>PSC/PR/BR.(CCXXXII)</b>	

		desenvolvimentos recentes da situação na República da Guiné.		
243 <sup>a</sup>	6 de Outubro de 2010	Preparativos para a Reunião do CPS da UA e – EUCOPS.		
244 <sup>a</sup>	13 de Outubro de 2010	Preparação da reunião ministerial sobre a Somália		
245 <sup>a</sup>	15 de Outubro de 2010	1. Análise do Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação na Somália  2. Informação actualizada sobre o Sudão.	Comunicado de Imprensa:  <b>PSC/MIN/1(CCXXXV)</b>	Relatório sobre a Somália: <b>PSC/MIN/1(CCXXXV)</b>
246 <sup>a</sup>	28 de Outubro de 2010	Análise do Relatório da Missão no Terreno em Cote d'Ivoire  2. Informação actualizada sobre a Somália	Comunicado: <b>PSC/PR/Comm.1(CCXLVI)</b>	Relatório sobre a Cote D'Ivoire :  <b>PSC/PR/1 (CCXLVI)</b>
247 <sup>a</sup>	2 de Novembro de 2010	Informação sobre a situação na Guiné- Bissau	Comunicado de Imprensa:  <b>PSC/PR/BR (CCXLVII)</b>	

248 <sup>a</sup>	13 de Novembro de 2010	<p>1. Informação sobre os desenvolvimentos recentes da situação na República da Guiné, Côte d'Ivoire e Níger</p> <p>2. Informação sobre a Missão do Comité Ministerial da UA sobre a Reconstrução Pós-conflito no Sudão</p> <p>3. Informação sobre o Exercício Amani Africa</p>	<p>Comunicado:</p> <p><b>PSC/PR/BR.( CCXLVIII)</b> <b>Rev.1</b></p>	
249 <sup>a</sup>	22 de Novembro de 2010	<p>Apreciação do Relatório do Presidente da Comissão sobre as medidas para o reforço da cooperação na prevenção e combate ao terrorismo</p>	<p>Comunicado:</p> <p><b>11PSC/PR/COMM.(CCXLVIX)</b></p>	<p>Relatório sobre Terrorismo</p> <p><b>PSC/PR/2(CCXLIX)</b></p>
250 <sup>a</sup>	30 de Novembro de 2010	<p>1. Apreciação do Relatório Intercalar do Presidente da Comissão sobre a implementação da Declaração de Tripoli referente à erradicação de</p>	<p>Comunicado de Imprensa: Cote d'Ivoire</p> <p><b>PSC/PR/Comm. 2(CCL)</b></p>	<p>Relatório sobre a Declaração e o Plano de Acção de Tripoli</p> <p><b>PSC/AHG/2(CCL)</b></p>

		<p>conflitos em África e a promoção da paz sustentável e ainda sobre o Plano de Acção de Trípoli</p> <p>2. Apreciação do relatório do Presidente da Comissão sobre a situação no Sudão e as actividades do Painel de Implementação de Alto Nível sobre o Sudão</p>	<p>Comunicado de Imprensa: Sudão</p> <p><b>PSC/PR/Comm. 1(CCL)</b></p>	<p>Relatório sobre o Sudão</p> <p><b>PSC/AHG/3(CCL)</b></p>
251 <sup>a</sup>	4 de Dezembro de 2010	<p>Informação sobre a situação em Cote d'Ivoire</p>	<p>Comunicado de Imprensa:</p> <p><b>PSC/PR/BR (CCLI)</b></p>	
252 <sup>a</sup>	9 de Dezembro de 2010	<p>1. Informação sobre a situação em Cote d'Ivoire e na Guiné Conacri</p> <p>2. Preparação da Missão no Terreno do CPS ao Sudão (15-18 de Dezembro de 2010) e da reunião conjunta do CPS da UA e do Conselho de Paz e Segurança da</p>	<p>Comunicado:</p> <p><b>PSC/PR/COMM.1(CCLII)</b></p> <p><b>PSC/PR/COMM.2 (CCLII)</b></p>	<p>Nota informativa sobre a missão no terreno do conselho de paz e segurança (CPS) ao Sudão (Cartum, El Fasher e Juba) 15-18 Dezembro de 2010</p> <p>*****</p> <p>Reunião Conjunta entre o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS UA) e o Conselho de Paz e Segurança da Liga dos Estados Árabes (CPS LEA) Cairo,</p>



		Liga dos Estados Árabes (18-19 de Dezembro de 2010)		18-19 Dezembro de 2010
253 <sup>a</sup>	14 de Dezembro de 2010	Preparativos da MISSÃO NO TERRENO AO SUDÃO 15- 17 de Dezembro de 2010		
254 <sup>a</sup>	21 de Dezembro de 2010	1. Informação sobre os desenvolvimentos recentes da situação em Cote d'Ivoire  2. Informação sobre a situação no n Sudão	Comunicado:  <b>PSC/PR/COMM.1(CCLIV)</b>  <b>PSC/PR/COMM.2(CCLIV)</b> <b>Rev.2</b>	
255 <sup>a</sup>	23 de Dezembro de 2010	1. Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação na República Centro africana  2. Informação sobre a situação da Guiné-Bissau	Comunicado de Imprensa: CAR <b>PSC/PR/COMM.(CCLV)</b>  Comunicado de Imprensa: Guiné Conacri  <b>PSC/PR/COMM.2(CCLV)</b>	Relatório sobre a RCA <b>PSC/PR/2(CCLV)</b>

256 <sup>a</sup>	10 de Janeiro de 2010	Informação sobre a situação no Sudão	Comunicado de Imprensa: <b>PSC/PR/COMM.2(CCLVI)</b>	
257 <sup>a</sup>	15 de Janeiro de 2010	Análise sobre a situação na Tunísia	Comunicado de Imprensa: <b>PSC/PR/COMM.2(CCLVII)</b>	

**ANEXO III**

**COMUNICADO DE IMPRENSA  
DA 3ª REUNIÃO CONSULTIVA COMUM ENTRE O  
COPS DA EU E O CPS DA UA  
Bruxelas, 18 de Outubro de 2010**

- (1) O Comité Político e de Segurança da União Europeia e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana realizaram a sua 3ª reunião consultiva comum em Bruxelas.
- (2) Eles analisaram as questões relativas à **prevenção de conflitos e situações de crises**; neste quadro, fizeram um apelo às partes sudanesas no sentido de se consagrarem ao acordo de paz global, implementá-lo e realizar progressos no que respeita a organização realização de diferendos em Abyei e no Sul do Sudão. As duas partes sublinharam que estes processos devem ser credíveis e realizados em tempo oportuno e que as negociações sobre as disposições que deverão ser tomadas durante o período pós-referendos deveriam prosseguir em boa fé. Elas encorajaram a cooperação entre as suas respectivas missões de observação eleitoral para os referendos, bem como sobre as questões relativas ao período pós-referendos. Ambas apelaram as partes a respeitar o resultado dos referendos. Convém alcançar sem tardar uma resolução global para a questão do Darfur em Doha, bem como outros processos tais como o Diálogo Darfur-Darfur, e garantir um acesso sem restrições para permitir responder às necessidades em ajuda humanitária. As duas partes reafirmaram que estavam determinadas a lutar contra a impunidade e encorajaram todos os esforços envidados para alcançar a paz, reconciliação e justiça em Darfur, comprometendo-se em prestar o seu total apoio aos trabalhos do Grupo de Implementação de Alto Nível da União Africana sobre o Sudão.
- (3) As duas partes felicitaram-se da nomeação do alto representante da UA para a Somália e aguardam com interesse a transferência das componentes civis da UA e da ONU a Mogadíscio. Os participantes á reunião acordaram assegurar com urgência o seguimento da 245ª reunião do CPS e da UA, que teve lugar em 15 de Outubro de 2010, e apelar os dirigentes políticos somalis a melhorar o funcionamento das instituições federais de transição e fazer avançar o diálogo político graças a um processo associando todas as partes. Sublinharam a importância de reforçar a AMISOM e as forças de segurança somalis, paralelamente a um relançamento da abordagem política no quadro do processo de Djibuti. Neste contexto, felicitaram-se da contribuição da missão de formação da EU. Elas acordaram em redobrar esforços através da intensificação de contactos com as regiões da Somalilândia e de Puntland no âmbito das instituições federais de transição.

- (4) No tocante à questão de **segurança e salvaguarda marítimas**, as duas partes felicitaram-se dos esforços consentidos por África para encontrar soluções regionais a fim de combater a pirataria e aguardar com interesse a criação de um quadro continental para uma estratégia em matéria de segurança e salvaguarda marítimas para África, em conformidade com as conclusões do ateliê sobre a segurança e salvaguarda marítima realizada em Adis Abeba em Abril de 2010. Elas felicitaram-se particularmente da iniciativa da segunda reunião ministerial regional sobre pirataria e segurança marítima na região da África Oriental e Austral e do Oceano Índico. No que respeita a Somália, as duas partes acordaram estudar os meios para reforçar a coerência dos esforços envidados em matéria de segurança e salvaguarda marítimas no mar e estabilizar a situação na Somália.
- (5) Relativamente à **parceria para a paz e segurança**, as duas partes felicitaram-se dos progressos realizados na elaboração do plano de acção 2011-2013 no quadro da estratégia comum **EU-África**. Elas sublinharam a necessidade de reforçar a cooperação em matéria de gestão crises e da consolidação da paz, em estreita coordenação com as Nações Unidas, evocando nomeadamente a resolução 1325 do CSNU sobre as mulheres, paz e segurança. Para esse fim, elas felicitaram-se dos esforços consentidos pela UA e as comunidades económicas regionais em preparar um roteiro previsível a fim de tornar operacional a arquitectura africana de paz e segurança, bem como o primeiro exercício AMANI AFRICA, actualmente em curso, organizado pela UA.
- (6) As duas partes acordaram que seria fundamental reforçar a **coordenação entre a EU e a UA em situações de crise em matéria de segurança e governação**. Preocupadas com o aumento dos problemas transnacionais tais como o terrorismo, crime organizado e tráficos de toda a natureza incluindo a insegurança na região do Sahel, elas estimaram que seria necessário apoiar os esforços dos países da região no quadro de uma abordagem estratégica concertada e global. A UA e a UE sublinharam além disso, a importância da segunda volta da eleição presidencial que devia ter lugar em 24 de Outubro de 2010 na Guiné e acordaram cooperar entre as suas respectivas missões de observação eleitoral. No que respeita Madagáscar, as duas partes reafirmaram o seu apoio à mediação da UA, apelando a um diálogo mais abrangente e consensual e um retorno rápido à ordem constitucional.

- (7) Enfim, as duas partes acordaram **melhorar** os **seus métodos** de **trabalho**, nomeadamente com vista a estabelecer contactos regulares entre as presidências do COPS da UA e do CPS da UA. No contexto de mudanças anticonstitucionais de governo, sublinharam que era fundamental melhorar a eficiência dos grupos de contacto internacionais, bem como analisar a possibilidade de declarações/diligências comuns UE-UA e de uma coordenação na implementação de sanções.
- (8) As duas partes acordaram reunir-se de novo em Adis Abeba em 2011.

**Bruxelas, 18 de Outubro de 2010**

**ANEXO IV**



**1ª REUNIÃO CONSULTIVA CONJUNTA ENTRE OS CONSELHOS DE PAZ E  
SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA E DA LIGA DOS ESTADOS ÁRABES**

**CAIRO, EGIPTO  
18 - 19 DEZEMBRO DE 2010**

**COMUNICADO CONJUNTO**

1. Os Conselhos de Paz e Segurança (CPS) da Liga dos Estados Árabes (LEA) e da União Africana (UA) realizaram a sua primeira reunião conjunta consultiva no Cairo, Egito, a 18 e 19 de Dezembro de 2010. A reunião teve lugar em execução da Declaração, bem como da Estratégia sobre a Parceria Afro-Árabe e o Plano de Acção conjunto para o período de 2011 – 2016, tal como adoptados pela 2ª Cimeira Afro-Árabe, que se realizou em Sirte, na Grande Jamahiriya, a 10 de Outubro de 2010.
2. O Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Sr. Amr Moussa, e o Comissário de Paz e Segurança da UA, Embaixador Ramtane Lamamra, bem como o Presidente do CPS da UA para o mês de Dezembro de 2010, Embaixador Amadou N'Diaye, Representante Permanente do Mali junto à UA, e Presidente do CPS da LEA, Embaixador Jaber Habib Jaber, do Iraque, proferiram discursos durante a sessão de abertura.
3. Os dois Conselhos aproveitaram esta ocasião para analisar as questões de interesse comum e acordar sobre as vias e meios para fazer avançar a paz, segurança e estabilidade nas duas regiões, supondo-se que ambas têm um impacto natural sobre a outra, bem como reforçar a coordenação dos esforços envidados e as iniciativas tomadas.
4. Em particular, os dois Conselhos mantiveram discussões aprofundadas sobre a situação no Sudão, na Somália, nas Comores e sobre outras situações conexas, bem como sobre os recentes desenvolvimentos do conflito israelo-árabe.
5. No tocante ao Sudão, os dois Conselhos reconheceram que este país atravessava uma fase particularmente crucial da sua história, com o referendo de autodeterminação que deveria ter lugar a 9 de Janeiro de 2011. Eles felicitaram as Partes ao Acordo de Paz Global (APG) pelo seu compromisso de organizar um referendo livre, regular e transparente e respeitar o resultado, como expressão da vontade da população do sul do Sudão. Eles reiteraram o seu total apoio aos esforços desdobrados pelas Partes com vista à execução integral do APG e a resolução das disposições pós-referendo e a este respeito,

solicitaram as partes para continuarem a cooperar plenamente com o Grupo de Implementação de Alto Nível da UA sobre o Sudão.

6. Os dois Conselhos sublinharam igualmente a necessidade de acelerar os esforços em curso com vista a encontrar uma solução para a crise no Darfur, e reafirmaram o seu apoio ao Processo de Paz Afro-Árabe, conduzido em Doha pelo Mediador Conjunto UA-Nações Unidas, com o apoio do Estado do Qatar. Solicitaram firmemente aos Movimentos armados para se associarem ao processo de paz sem tardar. Eles salientaram igualmente a necessidade do lançamento rápido, em Darfur, sob os auspícios do Grupo de Implementação de Alto Nível e da MINUAD, com implicação activa da Liga dos Estados Árabes, dos processos político inclusivo e global, tal como acordado durante a 2ª reunião do Fórum consultivo sobre o Sudão, que teve lugar em Adis Abeba a 6 de Novembro de 2010. Eles salientaram a necessidade de uma colaboração contínua e estreita entre a União Africana e a Liga dos Estados Árabes.

7. Os dois Conselhos exortaram a comunidade internacional a apoiar plenamente as partes sudanesas e a tomarem todas as medidas necessárias para facilitar a sua tarefa e permitir superar os desafios actuais. A este respeito, os dois Conselhos reiteraram com firmeza o apelo lançado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que, no interesse da paz, justiça e reconciliação no Sudão, responda rapidamente e positivamente ao pedido visando diferir o processo lançado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) contra o Presidente da República do Sudão, em conformidade com o artigo 16 do Estatuto de Roma. Eles solicitaram igualmente o levantamento de sanções impostas ao Sudão, bem como a adopção de medidas de anulação de dívidas para o país.

8. Na Somália, os dois Conselhos reiteraram o total apoio da União Africana e da Liga dos Estados Árabes ao processo de reconciliação neste país, em conformidade com o Processo de Djibuti, bem como às Instituições Federais de Transição (TFIs). Eles exortaram as TFIs a darem provas de *liderança* e de vontade política para fazer face aos actuais desafios com os quais se confronta a Somália, nomeadamente estendendo a mão a todos os intervenientes somalis dispostos a renunciar à violência e prosseguir os seus objectivos políticos por meios pacíficos, a fim de reforçar o processo de reconciliação nacional, bem como concluir rapidamente as tarefas de transição, tal como previsto na Carta Federal de Transição (TFC). Os dois Conselhos manifestaram o seu apreço pelos esforços envidados no terreno pela Missão da UA na Somália (AMISOM). Eles condenaram firmemente os ataques terroristas perpetrados pelos grupos de oposição armados contra as TFIs, AMISOM e o povo somali. Eles expressaram a sua profunda preocupação face ao flagelo da pirataria ao largo da costa da Somália e a outros problemas conexos, incluindo a pesca ilegal e o despejo de resíduos tóxicos.

9. Os dois Conselhos apelaram a comunidade internacional em geral, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a assumir plenamente as suas responsabilidades na Somália, nomeadamente através do apoio necessário e urgente para o reforço da AMISOM e da capacidade das forças de segurança somalis, tal como contido no comunicado do CPS da UA de 15 de Outubro de 2010. Os dois Conselhos comprometeram-se a cooperar estreitamente em conjunto com vista à promoção de uma paz sustentável, segurança e estabilidade na Somália, em particular a nível do Conselho de Segurança das nações Unidas.

10. Em relação às Comores, os dois Conselhos felicitaram os progressos realizados na implementação do Acordo sobre a gestão do período provisório, assinado em Junho de 2010 sob os auspícios da UA. Eles aguardam com interesse a conclusão sucedida do processo eleitoral, e renovaram o apoio contínuo da UA e da Liga Árabe com vista à recuperação socioeconómica do país e da consolidação do processo de reconciliação. A este respeito, saudaram a organização sucedida, em Doha, pela Liga Árabe, de uma Conferência de Doadores para as Comores, bem como as medidas e iniciativas em curso no âmbito do seguimento da Conferência.

11. Os dois Conselhos trocarão opiniões sobre o diferendo entre o Djibuti e a Eritreia à luz das decisões pertinentes da Liga Árabe e da UA. Eles solicitaram ao Secretariado da Liga árabe e à Comissão da UA de seguir a evolução da situação, incluindo os esforços de mediação conduzidos pelo Estado de Qatar, sublinhando a necessidade de uma resolução rápida e definitiva do diferendo.

12. A reunião constituiu igualmente uma ocasião para a Liga Árabe informar o CPS da UA sobre os últimos desenvolvimentos no conflito israelo-árabe. A este respeito, os dois Conselhos evocaram as disposições pertinentes da Declaração de Sirte adoptada pela 2ª Cimeira Afro-Árabe. O CPS reiterou o total apoio da UA aos esforços e iniciativas da Liga Árabe com vista a uma solução justa e global, nomeadamente a resolução dos direitos legítimos do povo palestino e a libertação de todos os territórios árabes ocupados, incluindo as montanhas de Golan e os territórios libaneses, de acordo com o que foi estipulado em 4 de Junho de 1967, e em conformidade com todas as resoluções pertinentes das Nações Unidas e à Iniciativa de Paz Árabe.

13. Os dois Conselhos exortaram todos os Estados a reconhecer o Estado palestino na base das fronteiras como estipulado em 4 de Junho de 1967, com Jerusalém Leste como capital, e denunciaram a ocupação contínua por Israel dos territórios árabes, a sua política de agressão e de colonização em Jerusalém Leste e Cisjordânia. A este respeito, o CPS da UA deu o seu total apoio ao Comunicado publicado, a 15 de Dezembro de 2010, pelo Comité Ministerial sobre a Iniciativa de Paz Árabe, exortando o Conselho de Segurança das Nações Unidas a tomar as medidas necessárias para fazer face à situação actual e adoptar uma resolução que, entre outras, evidenciaria a natureza ilegal e ilegítima da política israelita de colonização e coagiria Israel a pôr um termo imediato a tais actividades.

14. Os dois Conselhos reconheceram a importância de que se reveste a mobilização de recursos necessários para a implementação efectiva das actividades acordadas no Plano de Acção conjunto de Syrte. A este respeito, eles solicitaram ao Secretariado da Liga Árabe e à Comissão da UA para tomarem as medidas necessárias com vista à apresentação, o mais breve possível, das propostas concretas sobre a forma de operacionalizar o mecanismo África-Árabe de apoio aos esforços de manutenção e consolidação da paz das duas organizações, tal como enunciado no parágrafo 15 da Estratégia sobre a Parceria.

15. Os dois Conselhos acordaram institucionalizar as suas relações, em particular através de:

- (i) realização de reuniões consultivas conjuntas anuais, alternadamente em Adis Abeba e no Cairo;



- (ii) troca de agendas e programas de trabalho;
- (iii) interação regular entre os Presidentes dos dois órgãos sobre questões de interesse comum;
- (iv) missões conjuntas no terreno para avaliar as situações de interesse comum e identificar outras acções comuns em caso de necessidade;
- (v) Realização de retiros e reuniões de reflexão conjuntas para reflectir sobre as ameaças actuais e emergentes para a paz e segurança em África e no mundo árabe, e desenvolver respostas apropriadas; e
- (vi) Organização conjunta de seminários e sessões de formação no domínio da diplomacia preventiva, resolução de conflitos e manutenção da paz.

16. Os dois Conselhos decidiram realizar a sua próxima reunião em Adis Abeba, em Dezembro de 2011.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

---

Organs

Assembly Collection

---

2011-01-31

# Report of the Peace and Security Council on its Activities and the State of Peace and Security in Africa

African Union

DCMP

---

<https://archives.au.int/handle/123456789/9100>

*Downloaded from African Union Common Repository*